



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós - Graduação em Geografia
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica

A Espacialidade da População Afro-brasileira em localidades da
Periferia Metropolitana de Brasília: Racismo Ambiental e Iniquidade
no acesso à infraestrutura Urbana

Mateus Jesus Nunes

Dissertação de Mestrado

Brasília, Maio de 2024



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós - Graduação em Geografia
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica

A Espacialidade da População Afro-brasileira em localidades da
Periferia Metropolitana de Brasília: Racismo Ambiental e Iniquidade
no acesso à Infraestrutura Urbana

Mateus Jesus Nunes

Orientador : Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Dissertação de Mestrado

Brasília, Maio de 2024



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós - Graduação em Geografia
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica

**A Espacialidade da População Afro-brasileira em localidades da Periferia
Metropolitana de Brasília: Racismo Ambiental e Iniquidade no acesso à
Infraestrutura Urbana**

Mateus Jesus Nunes

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica .

Aprovado por:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, UnB/UFBA Dr. em Informações Espaciais, POLI - USP
(Orientador)

Prof. Dr. Valdir Adilson Steinke, GEA - UnB, Dr. em Ecologia, PGECL - UnB
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Cleison Leite Ferreira, SEE- DF, Dr. em Geografia - PPGEA - UnB
(Examinador Externo)

Brasília, 29 de Maio de 2024

NUNES, Mateus Jesus

A Espacialidade da População Afro-brasileira em localidades da Periferia Metropolitana de Brasília: Racismo Ambiental e Iniquidade no acesso à (I)infraestrutura Urbana 70 pg., (UnB-PPGEA, Mestre, Geografia, Gestão Ambiental e Territorial, 2024).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Geografia

1. Território 2. Espaço 3. Município 4. Censo Demográfico

I. UnB-PPGEA II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor

Mateus Jesus Nunes

Resumo

Brasília, ao longo de sua construção e consolidação como capital da República, vive um processo de metropolização importante, em razão de seu crescimento populacional e da urbanização intensa e dispersa. A região do Entorno do Distrito Federal, têm sido uma grande receptora do contingente populacional que é deslocada de dentro dos limites do quadrilátero, sobretudo em razão da renda e dos valores dos imóveis presentes no DF e que são mais baixos e acessíveis nos municípios do seu entorno, pertencentes ao Estado de Goiás.

Estes municípios goianos tiveram seu crescimento e desenvolvimento impulsionados pela construção de Brasília, e sofreram grandes alterações em suas configurações territoriais, mas sem a mesma capacidade institucional de planejamento e ordenamento que o Distrito Federal possui, em razão da economia dependente de Brasília e pouco desenvolvida dentro dos limites municipais.

O Distrito Federal, ao abrigar Brasília, capital do Brasil, detém amplas responsabilidades políticas no fornecimento de uma estrutura adequada que mantenha Brasília, como a capital administrativa nacional, tendo recursos extraordinários para a criação e execução de políticas públicas, em função de sua baixa diversidade econômica. Dentre elas a gestão deste território, o que justifica a amplitude de dispositivos legais e técnicos para o auxílio à gestão, como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, A Lei de Uso e Ocupação do Solo, entre outros dispositivos legais que disciplinam o uso da terra e conferem confiabilidade e segurança jurídica ao território

Os municípios goianos escolhidos, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, que tiveram um expressivo aumento de população entre 2010 e 2022, mantêm fortes relações com Brasília, mas não dispõem dos mesmos recursos técnicos para a elaboração e acompanhamento de normas, e capacidades atenuadas na organização de seus territórios, carência de dispositivos legais territoriais que tenham efetividade, resultando em uma gestão precária da urbanização e de outros fenômenos espaciais nos municípios.

A população destes municípios, em especial a de origem afro-brasileira, inserida nos problemas sociais em razão da sua condição histórica junto a sua colocação na história do Brasil e do Distrito Federal ocasionados por esta iniquidade entre DF e municípios do Entorno, sofre com as consequências da desigualdade na distribuição da renda e da oferta de infraestrutura. Esta informação vai de encontro às condições encontradas há poucos quilômetros dali, em Regiões Administrativas do Distrito Federal que são limítrofes a estes municípios.

Busca - se por meio da análise de dados da operação censitária realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos ano de 2010, os único disponíveis no presente momento e observar a disposição da espacialidade da população afro-brasileira nestes dois municípios e em duas Regiões Administrativas do DF, Gama e Santa Maria, estabelecer comparações e parâmetros de sua situação espacial nestes territórios, por meio da cartografia e análise de dados geográficos.

Foram usados dados geográficos em ambiente SIG, relativos aos setores censitários do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, no conjunto de dados chamado “Agregados por Setor Censitário” onde foram usadas as variáveis relativas a autodeclaração racial dos indivíduos entrevistados durante a coleta de dados do censo, em sobreposição com os dados relativos ao entorno dos domicílios, com os dados referentes á esgoto a céu aberto nas proximidades do domicílio, além dos dados relativos a falta de pavimentação nos logradouros próximos aos domicílios . Os dados evidenciaram que, nos municípios goianos analisados, foi possível encontrar uma alta concentração de população autodeclarada preta ou parda em setores censitário com alta concentração de domicílios expostos a esgoto a céu aberto e falta de pavimentação, ao passo que em localidades do Distrito Federal, essa realidade é diferente, mesmo em Regiões Administrativas distantes do centro distrital.

ABSTRACT

Brasília, throughout its construction and consolidation as the capital of the republic, experienced an important process of metropolization, due to its population growth and intense and dispersed urbanization. The surrounding region of the Federal District has been a major recipient of the population that is displaced from within the limits of the quadrangle, mainly due to the income and property values present in the DF and which are lower and more accessible in the municipalities of its region. surrounding areas, belonging to the State of Goiás.

These municipalities in Goiás had their growth and development driven by the construction of Brasília, and underwent major changes in their territorial configurations, but without the same institutional capacity for planning and ordering that the Federal District has, due to the economy dependent on Brasília and little developed within municipal limits.

The Federal District, housing Brasília, the capital of Brazil, has broad political responsibilities in providing an adequate structure that maintains Brasília, as the national administrative capital, having extraordinary resources for the creation and execution of public policies, due to its low economic diversity. Among them the management of this territory, which justifies the range of legal and technical devices to aid management, such as the DF Territorial Planning Master Plan, the Soil Use and Occupation Law, among other legal devices that regulate land use and provide reliability and legal security to the territory

The chosen municipalities in Goiás, Valparaíso de Goiás and Cidade Oeste, which had a significant increase in population between 2010 and 2022, maintain strong relations with Brasília, but do not have the same technical resources for the elaboration and monitoring of standards, and attenuated organizational capabilities of their territories, lack of effective territorial legal devices, resulting in precarious management of urbanization and other spatial phenomena in municipalities.

The population of these municipalities, especially those of Afro-Brazilian origin, inserted in the social problems caused by this inequity between DF and surrounding municipalities, suffers from the consequences of inequality in the distribution of income and infrastructure supply. This information is in line with the conditions found a few kilometers away, in Administrative Regions of the Federal District that border these municipalities

The aim is to analyze data from the census operation carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 2010 and observe the evolution of the spatiality of the Afro-Brazilian population in these 2 municipalities and in 2 administrative regions of the DF, Gama

and Santa Maria , establish comparisons and parameters of their spatial situation in these territories, through cartography and analysis of geographic data.

Geographic data were used in a GIS environment, relating to the census sectors of the 2010 IBGE Demographic Census, in the data set called “Aggregates by Census Sector where variables relating to the racial self-declaration of individuals interviewed during census data collection were used, overlapping with data relating to the surroundings of the homes, with data relating to open sewage in the vicinity of the home, in addition to data relating to the lack of paving in public areas close to the homes. The data showed that, in the municipalities analyzed in Goiás, it was possible to find a high concentration of self-declared black or mixed-race population in census sectors with a high concentration of households exposed to open sewage and lack of paving, while in locations in the Federal District, This reality is different, even in Administrative Regions far from the district center.

Sumário

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

Introdução	Pág.13
Capítulo 1 - O Distrito Federal e seu Entorno - Da criação de Brasília e sua Região Metropolitana.....	Pág.14
1.1 - A Transferência da capital - Lógica Histórico - Geográfica.....	Pág.14
1.1.1- A Consolidação da Capital.....	Pág.16
1.1.2 O Distrito Federal e a Urbanização Polinucleada.....	Pág.17
1.2 Formação do Entorno de Brasília : Valparaíso e Cidade Ocidental.....	Pág. 22
1.2.1 Valparaíso de Goiás - GO.....	Pág. 22
1.3 A Metropolização de Brasília - Em direção ao espaço metropolitano e os conflitos político institucionais da Divisa DF - Goiás.....	Pág.26
Capítulo 2 A formação histórica e espacial da População Afrobrasileira ...	Pág.33
Capítulo 3 - Espacialidade da População Afro - Brasileira nos Municípios e Regiões Administrativas selecionadas com base nos agregados por setor censitário.....	Pág.38
3.1 O Município, e o Setor Censitário	Pág.38
3.2 Espacialização da População Afro - Brasileira nos Municípios Selecionados com base nos agregados por setor censitário.....	Pág. 39
Conclusões	Pág.60
Bibliografia.....	Pág 62

Lista de Figuras

Figura 1 - Sítios indicados para a construção Brasília.....	15
Figura 2 - Mapa de Localização da RA - II GAMA.....	19
Figura 3 - Planta Urbana do Gama.....	20
Figura 4 - Mapa da Localização da RA - XIII - Santa Maria.....	21
Figura 5 - Mapa de Localização de Valparaíso de Goiás.....	25
Figura 6 - Mapa do Zoneamento do Valparaíso de Goiás	24
Figura 7 - Mapa de Localização de Cidade Ocidental	25
Figura 8 - Mapa do Programa Especial para a Área Geoeconômica de Brasília.....	27
Figura 9 - Mapa da atual composição da RIDE DF.....	29
Figura 10 - Mapa da Área Metropolitana de Brasília(Codeplan).....	30
Figura 11 - Mapa Principais zonas e sítios quilombolas movimentos sociais das populações africanas dos discentes no território Brasileiro - Séculos XVI/XIX.....	33
Figura 12 - Mapa Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 no Município de Valparaíso de Goiás GO.....	41
Figura 13 - Mapa Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico De 2010 no Município de Valparaíso de Goiás GO.....	42
Figura 14 - Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades em Valparaíso de Goiás.....	43
Figura 15 - Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades em Valparaíso de Goiás.....	44
Figura 16 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 no Município de Cidade Ocidental - GO.....	46

Figura 17 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico de 2010 no Município de Cidade Ocidental - GO.....	47
Figura 18 - Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades em Cidade Ocidental -GO.....	48
Figura 19 - Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades em Cidade Ocidental- GO.....	49
Figura 20 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 na RA XIII - Santa Maria.....	51
Figura 21 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico de 2010 na RA XIII - Santa Maria.....	52
Figura 22 - Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades na RA XIII - Santa Maria.....	53
Figura 23 - Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades na RA XIII - SANTA MARIA.....	54
Figura 24 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 na RA II - Gama.....	56
Figura 25 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda na RA - II GAMA - DF.....	57
Figura 26 - Mapa dos domicílios com esgoto a céu aberto nas suas proximidades na RA II - Gama - DF.....	58
Figura 27 - Mapa dos Domicílios com Pavimentação Inexistente nas suas Proximidades RA II Gama - DF.....	59

Lista de Tabelas

Tabela 1 . Evolução da População em Valparaíso de Goiás	23
Tabela 2 . Evolução da População em Cidade Ocidental.....	25
Tabela 3 . Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Valparaíso de Goiás - GO.....	43
Tabela 4 - Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Cidade Ocidental - GO.....	45
Tabela 5 - Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Santa Maria - RA XIII.....	50
Tabela 6 - Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos no Gama - RA II.....	55

Introdução

Brasília, desde sua construção, passa por um processo significativo de metropolização devido ao crescimento populacional e à urbanização intensa. A capital brasileira atraiu um grande número de migrantes em busca de melhores oportunidades econômicas, influenciando diretamente a formação e expansão da região metropolitana. A região do Entorno do Distrito Federal (DF), especialmente os municípios goianos como Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, tornou-se uma grande receptora de população devido aos custos mais baixos de imóveis em comparação ao DF. Essa migração foi impulsionada pela busca de habitação mais acessível e pela proximidade com Brasília, onde muitas dessas pessoas trabalham ou buscam serviços.(FARRET,2010).

Embora esses municípios tenham se desenvolvido como consequência da construção de Brasília, eles carecem da capacidade institucional de planejamento e ordenamento territorial comparável ao DF. Essa deficiência resulta em uma gestão precária da urbanização e infraestrutura, que se reflete em problemas como falta de pavimentação, esgoto a céu aberto e insuficiência de serviços públicos essenciais. A economia desses municípios é fortemente dependente de Brasília, o que limita o desenvolvimento de uma base econômica robusta e diversificada dentro dos seus próprios limites. A população desses municípios, particularmente a afro-brasileira, enfrenta desigualdades significativas devido à falta de recursos e infraestrutura em comparação com as regiões administrativas do DF, como Gama e Santa Maria. A posição desta população no contexto geográfico dos municípios goianos de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, além daquela localizada nas Regiões Administrativas do Gama e Santa Maria, revela características marcantes do conceito de Racismo Ambiental. Este termo refere-se à prática de situar grupos raciais ou étnicos minoritários em áreas com condições ambientais adversas e menos recursos(BULLARD,2005). Os dados indicam uma maior concentração de população afro-brasileira exposta a condições ambientais precárias, como esgoto a céu aberto e falta de pavimentação nos municípios goianos, em comparação às regiões administrativas do DF. Essa situação evidencia um descompasso no desenvolvimento urbano e na oferta de qualidade de vida. Enquanto o Distrito Federal, com sua estrutura administrativa e recursos, consegue oferecer melhores condições de vida em suas regiões

administrativas, os municípios do Entorno enfrentam desafios significativos para atender às necessidades de sua crescente população.

Capítulo 1 - O Distrito Federal e seu Entorno - Da Criação de Brasília até a Região Metropolitana

1.1 A Transferência da capital - Lógica Histórico - Geográfica

Brasília desde os tempos do império, fazia parte dos planos do estado brasileiro, quando se tinha a intenção de afastar a sede dos poderes imperiais e posteriormente da república, do litoral, em razão de possíveis invasões militares, havia também a preocupação em complexificar a ocupação do interior do país e integrar as “Ilhas” do arquipélago econômico característico do território brasileiro naquela época.

A decisão da realização e construção de Brasília, é precedida de sucessivos planos e expedições para a pesquisa e estudo da área em que a nova capital, além da delimitação da área em que a cidade seria construída., destacam-se as expedições realizadas por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1877 que sugeriu a construção da cidade na região de Formosa - GO, entre as lagoas Feia e Mestre d’armas, como parte de seu esforço pela realocação da capital do país, esta proposta pouco foi pouco discutida, em razão dos eventos políticos da época, que culminaram no fim do império e a proclamação da república. Mais tarde no governo de Floriano Peixoto, em 1892 é enviada ao planalto central, a expedição chefiada pelo Astrônomo Belga Luiz Cruls, que delimita uma área de 14.400 km, destinando a área para a nova capital. A expedição resulta num relatório que é entregue às autoridades da época, Estas movimentações só iriam resultar em atos políticos concretos em 1922, quando é lançada a pedra fundamental da capital, situada em Planaltina, e anos mais tarde com as iniciativas de Getúlio Vargas, no envio de expedição de estudos definitivos para a construção da cidade, pela Empresa Norte Americana Donald Belcher & Associates. Esta expedição lauda uma área de 52 mil Km².

Novamente, a iniciativa para a realocação da capital é postergada e é anos depois, adotada como promessa de campanha de Juscelino Kubitschek, durante a campanha eleitoral de 1955 e é integrada aos projetos do candidato.

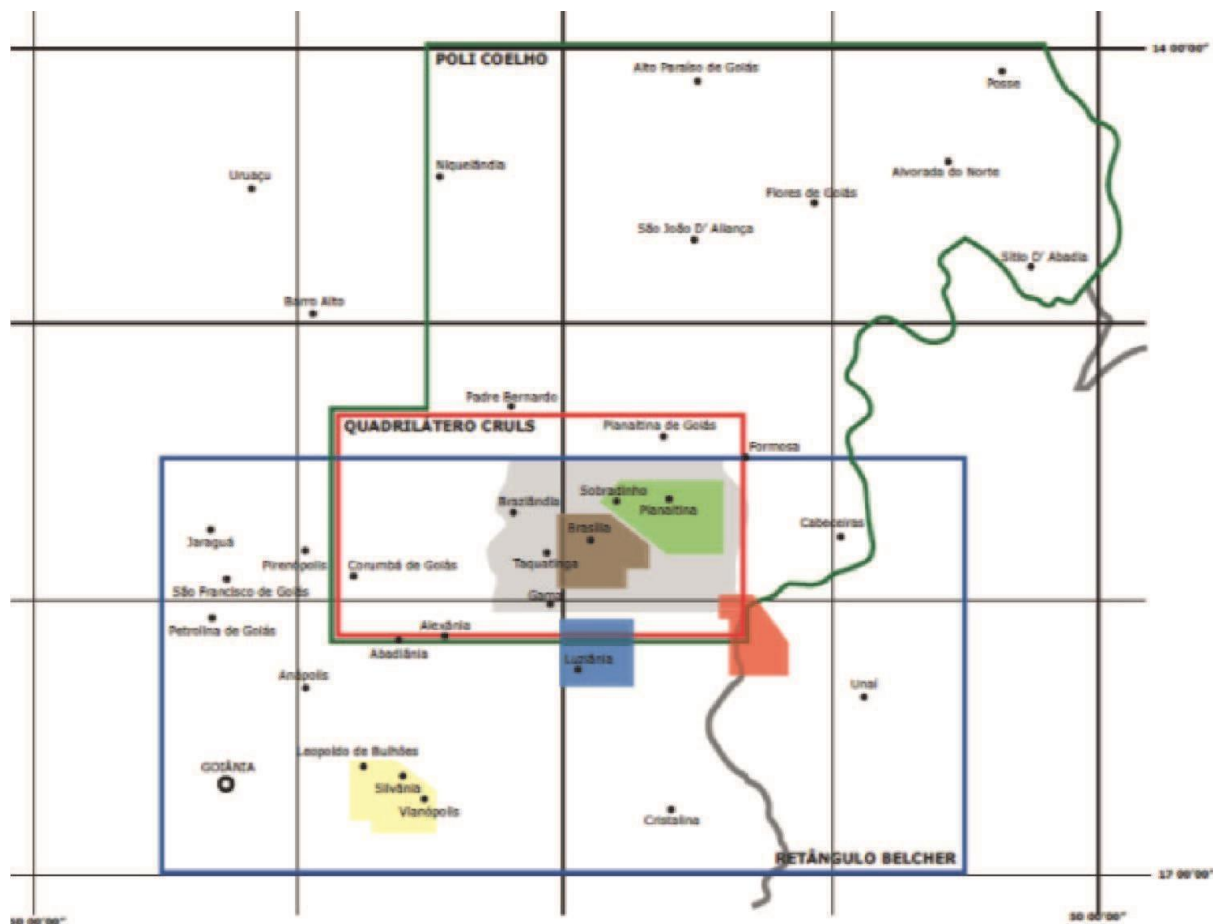


Figura 1 - Delimitações resultantes das explorações para a implantação da Nova Capital (Atlas do Distrito Federal. In: SEDHAB, 2011, p. 170)

O Brasil, no fim dos anos 50, passava por um período turbulento politicamente, após a morte de Getúlio Vargas, o legado desenvolvimentista passa a ser tocado por Juscelino Kubitschek, que tem como plataforma de governo o seu “Plano de Metas”, que consistiram em objetivos a serem alcançados ao longo de seu governo, contemplando os setores de infraestrutura, Indústria de base, energia, transportes, educação e etc; Como meta - síntese do plano ser alcançada, estava a construção e transferência da capital federal para o interior central do país, objetivo este que estava previsto na constituição vigente, e nunca fora realizado.

O centro - oeste brasileiro é escolhido para a construção do novo centro político nacional, e se dá “ num passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho” (FARRET,2010).

Como parte do plano de metas, voltado para o incremento da industrialização e aumento da demanda interna e fortalecimento do capitalismo nacional, ao estimular diversas indústrias e

estabelecer num ponto do território, de ocupação predominantemente rural com pequenos núcleos urbanos, o alto escalão da república, garante -se a instalação de um mercado consumidor relevante naquela região do país. Da intervenção direta no território pelo estado surge Brasília, já destinada a ser uma grande metrópole, apesar dos limites de crescimento presentes em seu planejamento. (FARRET,2010),

A urbanização do Distrito Federal, no início da ocupação é amplamente tocada pela ação estatal , seja pela implantação da cidade em si, pela destinação dos usos, desde o princípio da ocupação, e também pelas ligações rodoviárias e ferroviárias da capital com as outras regiões do país. (FERREIRA,2010.) As ligações rodoviárias, na forma das rodovias federais, conectam o sudeste industrial, escoando sua produção para o centro - oeste e norte do país, e vice - versa com os produtos primários e agropecuários através das BR'S 040 e 163(Belém Brasília) (COSTA;STEINKE 2014).

1.1.1 Consolidação da Capital

A nova capital, planejada para abrigar a administração pública federal e abrigar apenas seus funcionários,diretos e indiretos, estabeleceu um limite de 500 mil habitantes que ocupariam as porções centrais do Plano Piloto. Tal medida se torna inviável em razão da intenção de permanência de grande parte dos trabalhadores vindos de diversas partes do país, em especial do interior goiano e do nordeste brasileiro.A retração do mercado de construção civil, e a conseqüente diminuição da oferta de trabalho no setor, ocasiona um movimento de expulsão desta população para áreas mais afastadas do centro urbano de Brasília.(ARRAIS,2008).

Muitos trabalhadores e suas famílias começam a ocupar de forma irregular os arredores da cidade planejada, formando aglomerados e assentamentos precários, que logo levam à administração do canteiro de obras,a execução de ações de realocação desta população em algumas localidades do quadrilátero do Distrito Federal. Estas ações, fundam aquelas que seriam algumas das primeiras “cidades satélites” do Distrito Federal, como Gama, Taguatinga,Núcleo Bandeirante, Ceilândia e Sobradinho. Inicialmente com assentamentos urbanos isolados e com oferta precária de equipamentos e serviços públicos (FERREIRA, 2010).

Com o desenvolvimento da cidade, e a consolidação de Brasília como capital, Brasília começa a atrair empresas e investimentos que buscam atingir o mercado consumidor proveniente da administração pública federal e da instalação de outros órgãos e empresas federais que

demandam serviços e produtos para seu funcionamento, além do esforço empreendido para a implementação de equipamentos públicos no Plano Piloto e nas outras regiões administrativas. Esta configuração a partir dos anos 70 e 80 é intensificada com o aumento do adensamento urbano do Plano piloto e também das cidades periféricas do Distrito Federal, que passam a contar com um número elevado de habitantes, atraindo estabelecimentos comerciais e de serviços com importante presença na capital e que estavam presentes no Plano Piloto de Brasília, em busca de menores custos de operação . As “cidades - satélites” se expandem territorialmente, em direção aos limites do quadrilátero e atraem moradores da porção central de Brasília, integrantes de classes médias ligadas a escalões mais intermediários do serviço público e comerciantes de grande porte, em razão da melhor disponibilidade de equipamentos urbanos e estabelecimentos de comércio e serviços . Este movimento contribui para o aumento dos preços dos aluguéis, imóveis e terrenos localizados nestas localidades. O contingente populacional mais empobrecido, que trabalha no setor informal atendendo as demandas dos núcleos urbanos periféricos, se vê obrigado a se dirigir para fora dos limites do DF, iniciando um processo de urbanização nos municípios goianos vizinhos, ocupados até então, por latifundiários, que passam a lotear e vender os terrenos a imobiliárias que os destinam a população de renda baixa. (FERREIRA,2010).

1.1.2 O Distrito Federal e a Urbanização Polinucleada

No Distrito Federal, ao longo de seu crescimento e desenvolvimento da urbanização, são consolidadas as cidades satélites, que posteriormente se convertem em regiões administrativas (RA’ S). A “urbanização polinucleada”, segundo PAVIANI(2010) , processo marcante na definição da ocupação do espaço no DF, consistia na implantação de núcleos urbanos isolados e afastados da área central de Brasília, a fim de abrigar a população excedente por causa da renda e das condições sociais existentes na época, mas marcados pelo controle social que o estado executa ao criar núcleos populares longe das esferas de influência do poder político. Os postos de trabalho disponíveis não mais atendiam a demanda apresentada, e não conseguiam abrigar o crescente contingente populacional que existia vindo de diversas regiões do país (ARRAIS, 2008)

Os núcleos surgidos são, Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, construído para abrigar trabalhadores em condições precárias e comércios informais para atender as demandas destes profissionais. No mesmo ano, em 1956, surge a Candangolândia, também como apoio à construção da capital, mas abrigando trabalhadores técnicos mais especializados e também

abrigoando a sede temporária da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Na mesma lógica surgem a Fercal e São Sebastião, fundadas para o fornecimento de obra prima para os canteiros de obras na capital, na forma de cimento e tijolos (MANIÇOBA,2019).

Região Administrativa II - Gama

O Gama surgiu a partir da necessidade de abrigar famílias que moravam em ocupações irregulares em Brasília, principalmente a Vila Amaury, removida pois ocupava área que foi destinada ao Lago Paranoá, Vila Planalto e Setor de Indústria de Taguatinga. Anteriormente as terras que compunham a cidade pertenciam a Fazenda Gama, localizada no município de Luziânia, esta dentre outras propriedades rurais que deram espaço à instalação de Brasília através de desapropriações realizadas em âmbito federal e estadual. A ocupação se deu a partir de 1960, durante a alocação desta população nesta área longínqua do centro de Brasília

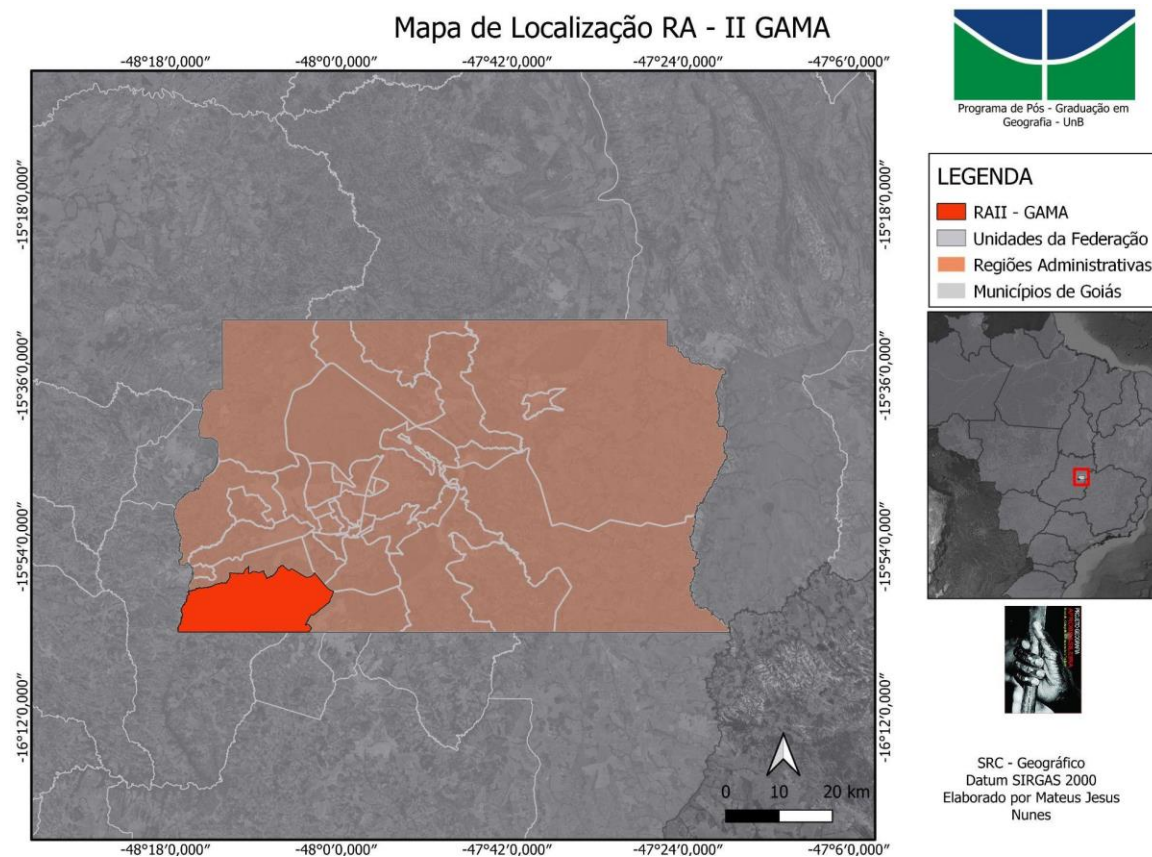


Figura 2 - Mapa de Localização da RA-II GAMA. Elaboração Própria Fonte : IBGE

A RA II foi criada através da Lei distrital n.º 49/89 e do Decreto n.º 11.921/89, que fixou os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Até 1989 a RA II englobava o

Núcleo Urbano de Santa Maria, transformada em 1992 na RA XIII, por meio da Lei nº 348/92 e o Decreto nº 14.604/93, e as terras da Região Administrativa do Recanto das Emas que se transformou na RA XV em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 e o Decreto nº 15.046/93.

A Região Administrativa é composta por áreas urbanas e rurais. Na área urbana, a cidade se divide em 6 setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria.

A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte Alagado.

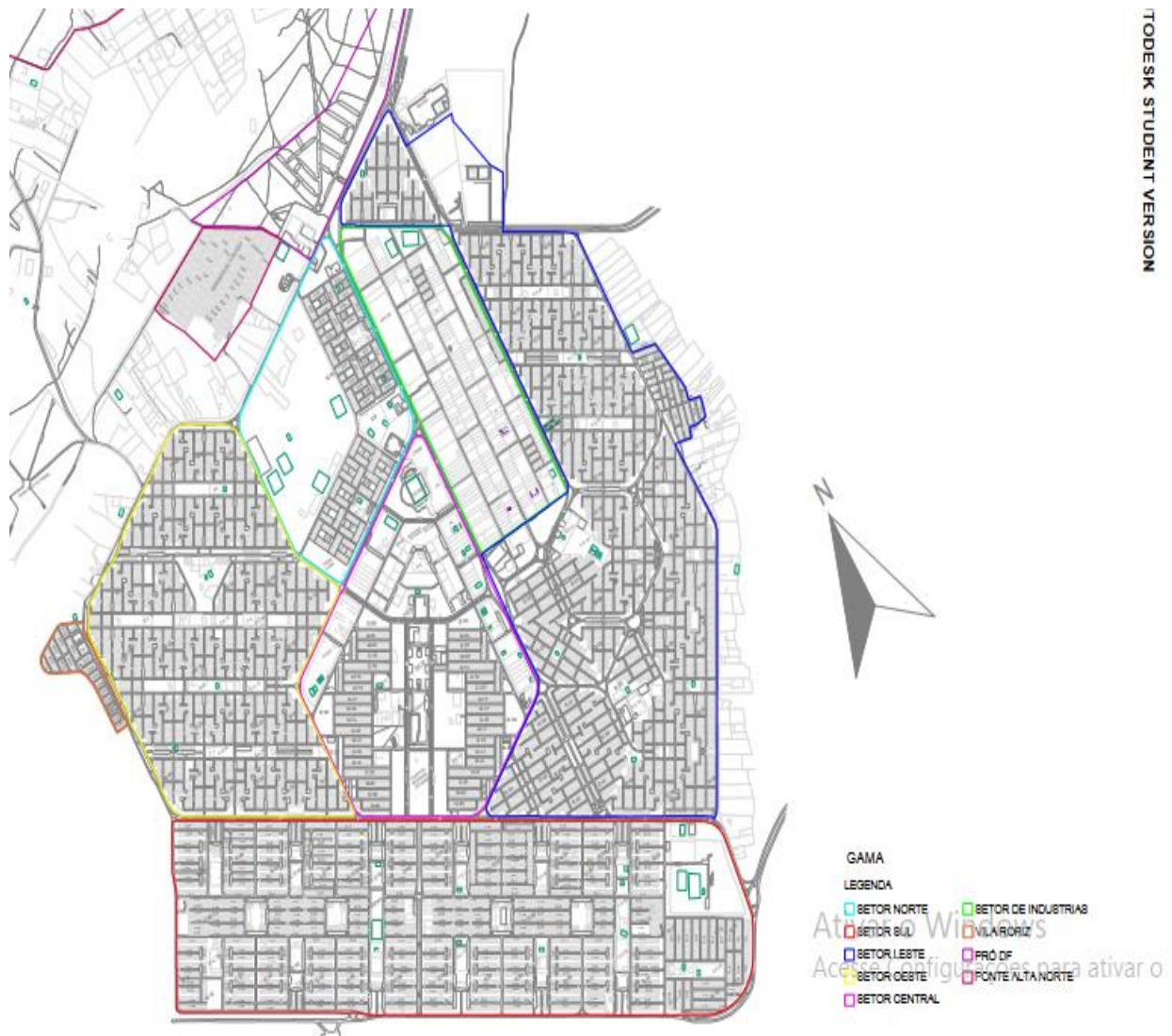


Figura 3 - Planta Urbana da RA II - GAMA disponível em <https://www.gama.df.gov.br/>

Região Administrativa XIII - Santa Maria

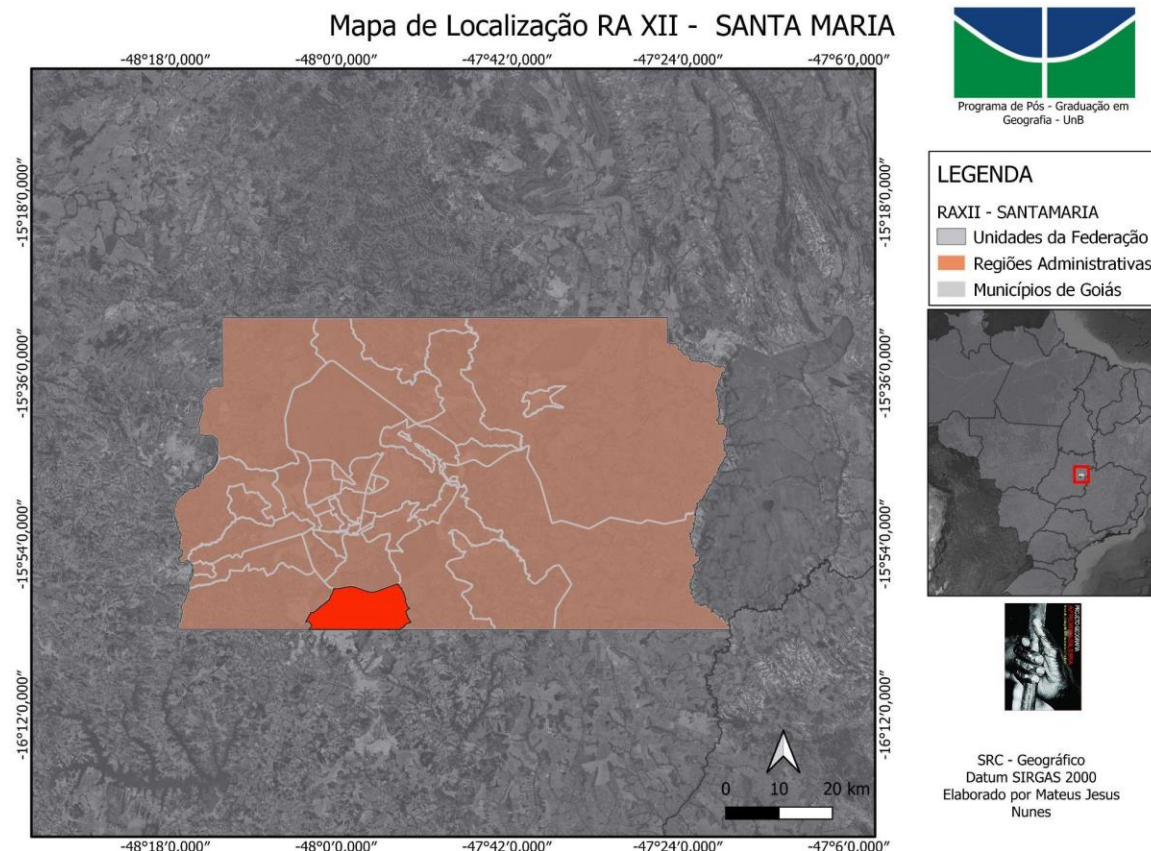


Figura 4 - Mapa de Localização da RA XII - SANTA MARIA Elaboração Própria Fonte: IBGE

A Região Administrativa de Santa Maria surge durante os anos 90, em outro contexto político e social atuante no Distrito Federal, num ambiente político e histórico diferente daquele que criou as primeiras RA 'S do DF. Santa Maria surge a partir de um programa habitacional do Governo de Joaquim Roriz, de assentamentos destinados à população de baixa renda e para a erradicação de invasões, comuns na capital. Foi oficializada como Região Administrativa em 10 de fevereiro de 1993, com a publicação do decreto de nº 14.604. Santa Maria nos primeiros anos, era dotada de pouca infra estrutura urbana, que aos poucos foi sendo consolidada, compreende as áreas da Marinha, Saia Velha e o Pólo JK. A cidade é rodeada por dois pequenos rios, Alagado e Santa Maria, a partir deste último, se origina o nome da cidade.

Com o crescimento e a importância destes núcleos urbanos que orbitavam ao redor de Brasília e seu plano piloto, surge o conceito de Região Administrativa, implantado a partir de 1998, quando se proíbe o termo “Cidade Satélite “ em documentos públicos do Governo do Distrito Federal, e amparado em um dispositivo constitucional que impede a criação de municípios no âmbito do Distrito Federal. (MANIÇOBA;2019)

1.2 Formação do Entorno de Brasília : Valparaíso e Cidade Ocidental

Com a “Redescoberta do cerrado” (SANTOS,2009), promovida pela construção de Brasília, e também Goiânia em certa medida, surge a questão do inchaço populacional na nascente capital. A solução para os problemas ligados à não possibilidade de permanência da população com menor renda e vulnerável diante do controle do solo pelo Estado, é a fuga para fora do quadrilátero, em Goiás. (CHAVEIRO;ELIAS,2012)

A ocupação urbana dos municípios goianos limítrofes ao Distrito Federal é impulsionada pelo crescimento urbano das regiões administrativas e o consequente movimento de migração de populações de menor renda em busca de loteamentos e imóveis mais baratos.

A configuração tal como conhecemos hoje, se inicia com o surgimento de loteamentos urbanos em antigas propriedades rurais pertencentes a municípios já consolidados como Luziânia. Estes loteamentos iniciam sua história de forma bastante precária . Os loteamentos de Valparaíso e Ocidental, objeto da pesquisa, antigos distritos de Luziânia, que se tornaram independentes politicamente da cidade mais antiga, na metade dos anos 90, iniciaram sua ocupação a partir de loteamentos privados para suprir a demanda por moradia vinda de habitantes do DF.

1.2.1 Valparaíso de Goiás - GO

Valparaíso de Goiás, fundada oficialmente em 1979, tem registros históricos que remontam desde 1959, quando foi implantado o primeiro loteamento, Parque São Bernardo.

No fim dos anos 1970 é inaugurado o núcleo habitacional do mesmo nome pertencente a Luziânia,sob a tutela da empresa Incorporadora imobiliária Encol, contava com pouco mais de 800 unidades residenciais e poucos estabelecimentos comerciais e de serviços públicos, tendo como característica a dependência de Brasília e da BR 040 desde o início de sua história. O comércio era praticamente inexistente, com frequentes faltas de água e energia e transporte precário. No município, a ocupação urbana é semelhante à que acontece no Distrito Federal, mas capitaneada pela iniciativa privada de loteadores independentes(e irregulares) que implantava loteamentos em áreas esparsas e fragmentadas, em antigas propriedades rurais

(PAVIANI, 1987). É conferida a cidade uma posição de destaque no mercado imobiliário da região, em razão das características do sítio geográfico onde está localizada, ao longo da rodovia federal BR 040, o relevo plano e a eletrificação rural previamente existente (CHAVEIRO,ELIAS.2012).

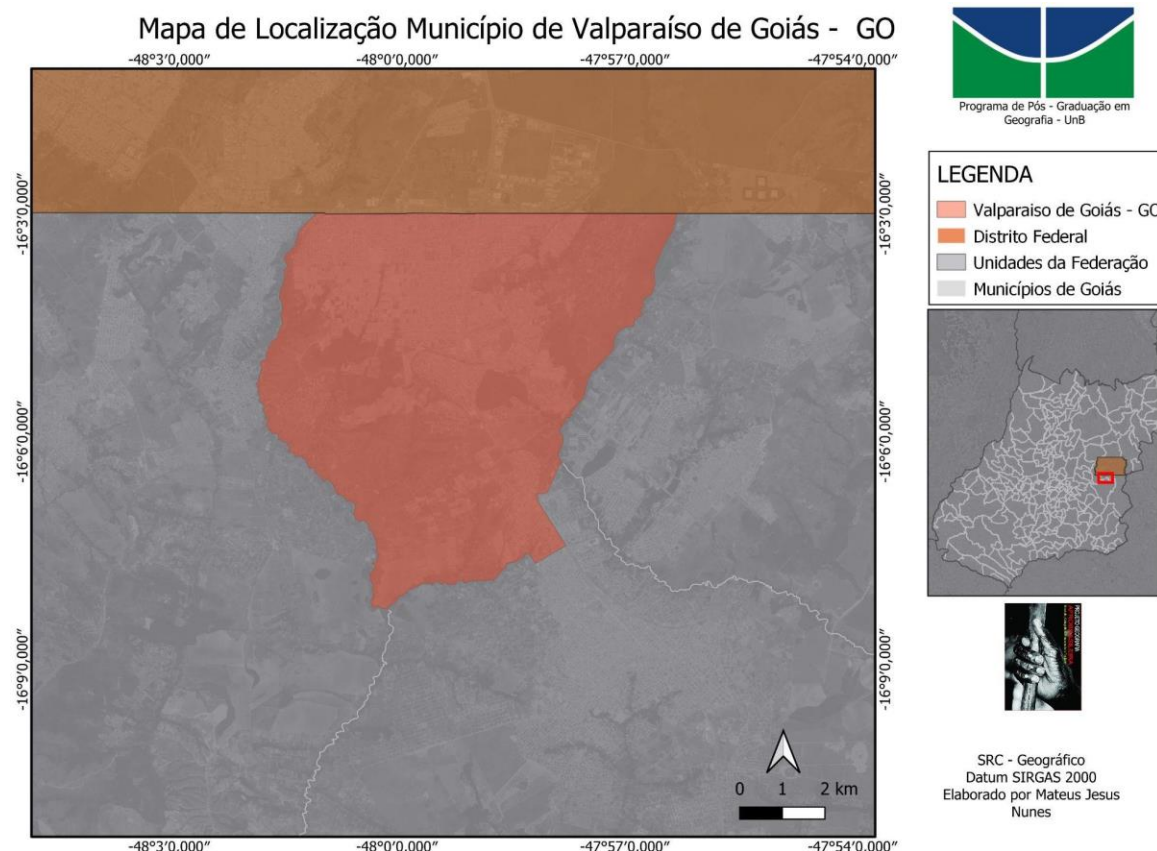


Figura 5 - Mapa de Localização de Valparaíso de Goiás. Elaboração Própria Fonte : IBGE

A cidade ao longo dos anos 1990 e 2000 foi alvo de inúmeras iniciativas de programas habitacionais e de oferta de moradia, recebendo migrantes vindos do Distrito Federal e outras regiões do País. O programa Minha Casa Minha Vida, é a iniciativa mais importante na compreensão deste processo, que proporcionou o aumento vertiginoso da oferta de moradia na cidade além do aumento elevado de habitantes nos últimos anos (SILVA,2015). Segundo dados do IBGE, em 2010, a população do município foi registrada com 132.982 habitantes, 12 anos depois, no censo de 2022, foram registrados 198.861 habitantes.

Censo	População Residente	Número de Domicílios
-------	---------------------	----------------------

As quadras residenciais eram entregues dotadas de toda a infraestrutura urbana completa, as terras que constituíam o município pertenciam em sua maioria a famílias tradicionais na região, que ao longo do tempo foi perdendo a característica rural, excetuando o povoado Mesquita, umas das únicas áreas habitadas desde o início da ocupação.

Em 1987, a localidade foi promovida a distrito de Luziânia, com administração própria, indicada pela prefeitura do Município sede. Já em 1990, inicia -se um grande movimento político reivindicando a emancipação política e a formação de um município autônomo, é promovido um plebiscito municipal, que decide pela emancipação que é implementada em 1991.

O Município também recebe muitos projetos habitacionais ao longo dos anos 2000 e tem um expressivo aumento de população entre 2010 e 2022. Em 2010, a população registrada era de 61.773, em 2022, foram registrados 91.767 habitantes.

Censo	População Residente	Número de Domicílios
2000	40377	
2010	55915	18.276
2022	91767	38.796

Tabela 2 . Evolução da População em Cidade Ocidental Fonte :IBGE

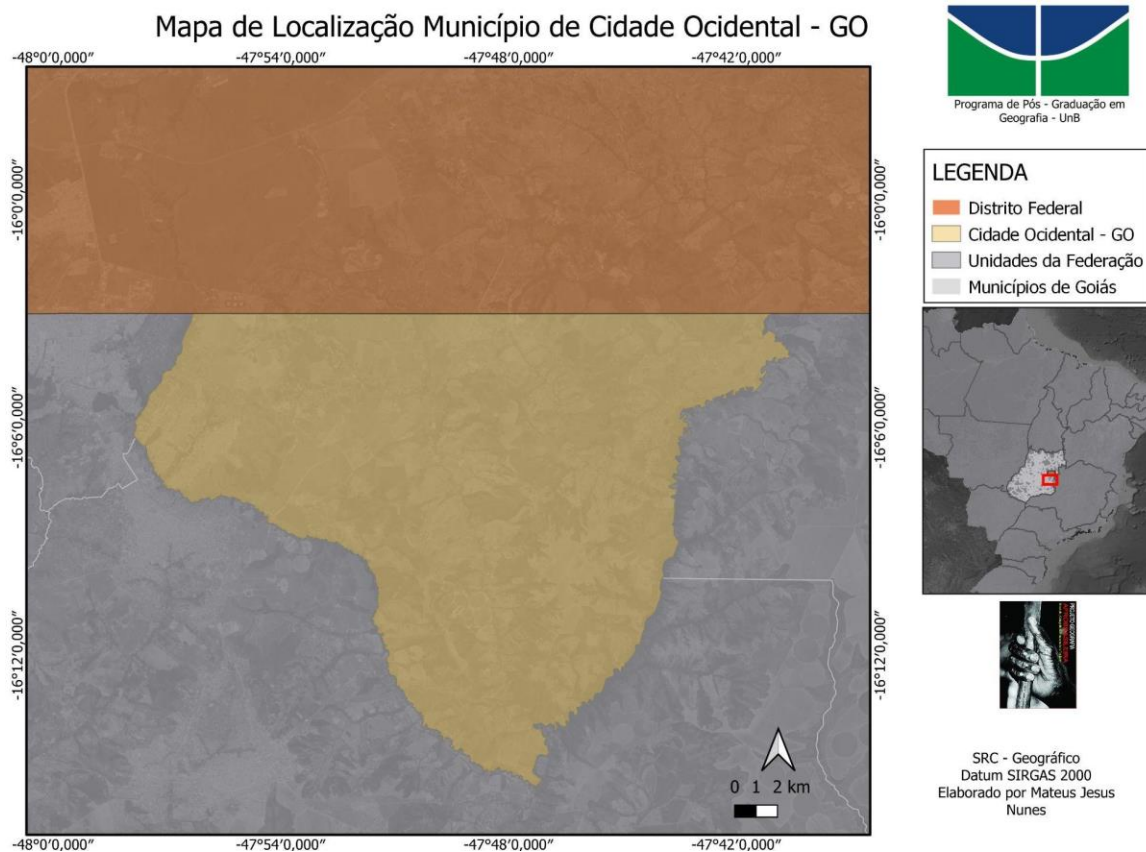


Figura 7 - Mapa de Localização de Cidade Ocidental. Elaboração Própria. Fonte : IBGE

1.3 A Metropolização de Brasília - Em direção ao espaço metropolitano e os conflitos político institucionais da Divisa DF - Goiás

Brasília chega na segunda década do século XXI, como a terceira metrópole nacional, com 2.817.381 habitantes, contando toda a população do quadrilátero. Este processo de crescimento gera impactos na organização interna e pressiona os limites da urbanização do entorno do DF. A perspectiva regional se faz presente desde a implantação da capital, sobretudo em razão de uma das funções da cidade, que era a de integrar as diversas regiões do país (SOUZA,2020). Um problema surgido deste processo, se refere às desigualdades econômicas existentes entre o Distrito Federal, e os municípios do Entorno que nascem sob forte pressão da urbanização, sem o apoio de um setor econômico adequado para a geração de emprego e oportunidades

Algumas iniciativas de âmbito regional foram tomadas para promover o desenvolvimento da região e diminuir a dependência de Brasília. Em 1966, a partir de um decreto - lei, é criado o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE), criado para financiar iniciativas no âmbito agropecuário, mas sem maiores responsabilidades no âmbito regional.

Em seguida, é importante abordar a iniciativa do Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília, como parte integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento II, elaborado pelo Governo Militar de Ernesto Geisel. Seu objetivo era equilibrar o desenvolvimento entre o DF e a sua região circunvizinha, atuando em áreas programa, que definiam diretrizes específicas para cada uma delas. (SOUZA,2020). Nos anos 70 o programa passa por uma refuncionalização, visando fixar migrantes nas áreas rurais que circundam o Distrito Federal.

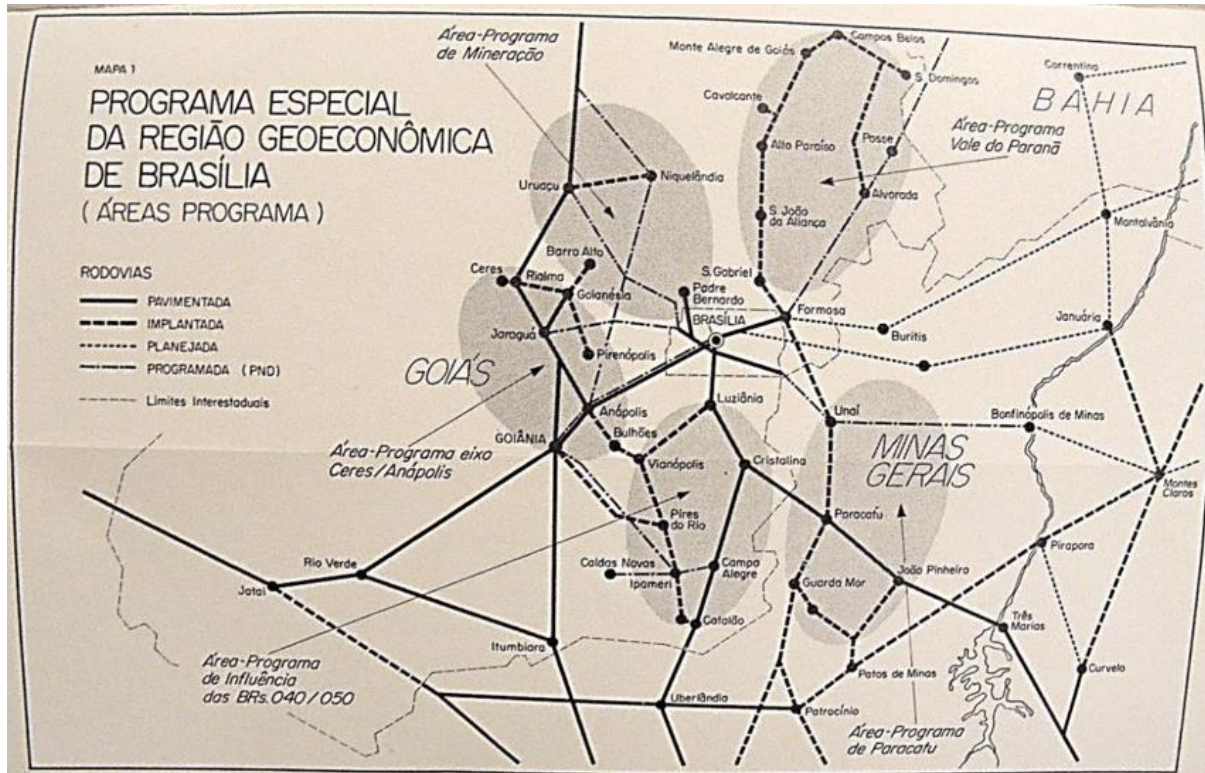


Figura 8 - Mapa do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB(Adaptado de Souza ,2020)

Mais tarde, é implementada a iniciativa Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos cerrados), visando desenvolver a agropecuária moderna na região centro - oeste, o que possibilitou que municípios próximos ao Distrito Federal, adquirissem características da grande produção agropecuária.

Ambas as medidas foram pouco efetivas na promoção do desenvolvimento e ordenamento territorial urbano da região, que a partir dos anos 1970, começou a tomar contornos de metropolização em virtude dos crescimento urbano dos municípios adjacentes ao Distrito Federal. A metropolização segundo LENCIONI(2020): se constitui numa associação de processos sociais e espaciais relacionada à reestruturação do capital e do espaço que revoluciona e metamorfoseia o urbano coexistindo com antigos processos de urbanização.

Esta autora ainda frisa o fato de que, o fenômeno metropolitano, tende a :

“a adensar a riqueza nas cidades mais importantes, a ampliar a extensão territorial delas, a desenvolver conurbações e a integrar espaços descontínuos, heterogêneos, a exemplo dos espaços rurais, naturais e de lazer, além de desenvolver”(LENCIONI 2020).

Tal fato é percebido na realidade geográfica e econômica da capital, que concentra empregos em Brasília, mas que recebe uma grande quantidade de mão de obra advindas das cidades do entorno.

Outra iniciativa, surgida nos final do anos 90, é a da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Entorno do DF(RIDE - DF), a partir de uma lei complementar, em 1998, e de uma outra lei que adiciona mais alguns municípios em 2018. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) é um arranjo institucional criado com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento regional entre o Distrito Federal e os municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Esta região é caracterizada por um intenso processo de urbanização e interdependência socioeconômica, o que demanda uma abordagem coordenada e integrada de políticas públicas para enfrentar seus desafios e aproveitar suas oportunidades. os municípios integrantes são : Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais. Esses municípios possuem uma intensa relação de interdependência com Brasília, em diferentes graus tanto em termos de fluxos de pessoas quanto de atividades econômicas.

Esta iniciativa vai ao encontro com outras surgidas pelo país, onde se encontram similaridades com os fenômenos que ocorrem nos limites do Distrito Federal, sob o ponto de vista jurídico as Regiões Integradas de Desenvolvimento são regionalizações criadas para a integração econômica e institucional de um aglomerado urbano, que diferentemente das regiões metropolitanas, abrangem município de diferentes entes da federação

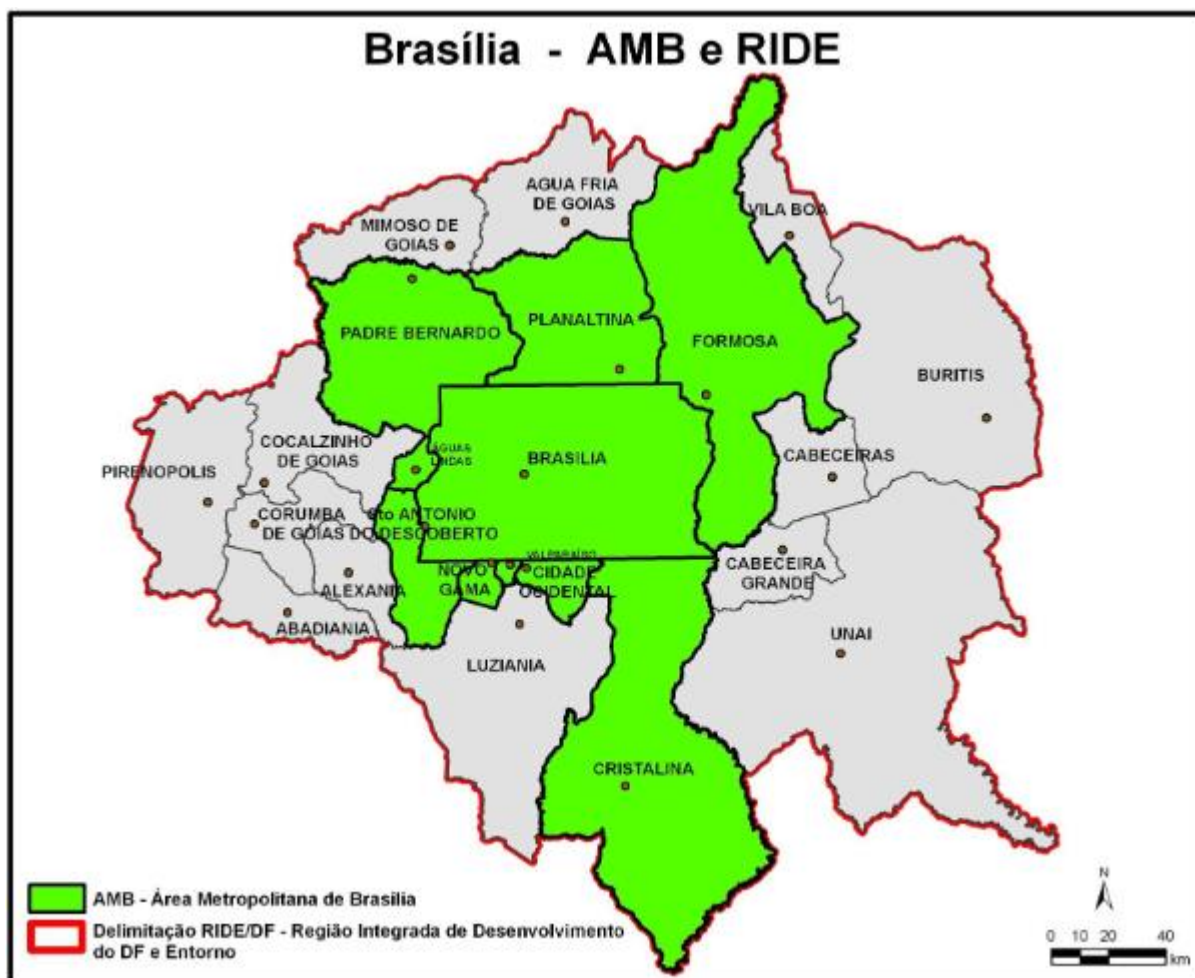


Figura 10 Área Metropolitana de Brasília Adaptado de CODEPLAN(2014)

Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal

Em 2023, no âmbito do Estado de Goiás, após aprovação na Assembleia Estadual de Goiás(ALEGO), foi instituída por meio de lei estadual complementar 81/2023, a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal, já que a competência constitucional e legal de criação de regiões metropolitanas é do estado sede do aglomerado urbano. . Os municípios integrantes são Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás

Tem como objetivos:

I – a cooperação interfederativa para a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, com uma atuação integrada e eficiente, a fim de alcançar o máximo aproveitamento dos recursos públicos;

II – a articulação e a coordenação da atuação dos órgãos e das entidades do Estado de Goiás e dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal;

III – a ação regional voltada ao desenvolvimento urbano integrado e ambientalmente sustentável; e
IV – a redução das desigualdades regionais.

Esta medida é de longe a que tem mais potencial de realizar ações efetivas na região , pois prevê a criação de um Plano Diretor Metropolitano Integrado, dentre outras ações presentes em estatutos já estabelecidos de Regiões Metropolitanas pelo Brasil.

As regiões metropolitanas desempenham um papel central no cenário urbano e regional do Brasil, concentrando grande parte da população, atividades econômicas e infraestrutura do país. A história das regiões metropolitanas no Brasil, enquanto institucionalidade legal, se inicia na década de 70, quando o regime militar, por força de lei cria as 9 primeira regiões metropolitanas brasileiras, que são : São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro, inicialmente o objetivo consistia em estabelecer uma integração territorial entre os grandes centros urbanos do Brasil, numa desejada interligação de relações entre elas (BARRETO,2012). Durante este período a urbanização brasileira se intensifica, e os objetivos desejados com a instituição destas regiões não foi alcançado, devido a caráter extremamente centralizador da gestão das regiões, que era de âmbito federal, havendo pouco espaço para as demandas municipais e estaduais .

Após o processo constituinte de 1988, a competência da criação e gestão das regiões metropolitanas é conferida aos estados, o que contribui para o aumento vertiginoso de aglomerados urbanos transformados em regiões metropolitanas pelo Brasil, seguindo diferentes critérios. Apenas 25 anos depois, em 2015 surge uma legislação que tenta disciplinar a criação e gestão de Regiões Metropolitanas, estabelecendo regras gerais para serem adotadas como referência para os estados da federação: O Estatuto da Metrópole.

A Lei 13.089 de Janeiro de 2015, institui que as regiões metropolitanas são : Art 2º (...)VII:
- região metropolitana: unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

A nova lei, também abrange novos e diferenciados instrumentos de gestão urbana e regional, seguindo o exemplo dos previstos no Estatuto da Cidade, de 2001. Estes instrumentos estão previstos no seu art 9:

Art. 9º Sem prejuízo da lista apresentada no [art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001](#), no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – plano de desenvolvimento urbano integrado;

II – planos setoriais interfederativos;

III – fundos públicos;

IV – operações urbanas consorciadas interfederativas;

V – zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#);

VI – consórcios públicos, observada a [Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005](#);

VII – convênios de cooperação;

VIII – contratos de gestão;

*IX – compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, conforme o inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei;*

X – parcerias público-privadas interfederativas.

A gestão territorial nas regiões metropolitanas é caracterizada por uma complexa rede de atores e instituições, incluindo governos municipais, estaduais e federal, organizações da sociedade civil e setor privado. A criação de instrumentos de planejamento urbano, como os planos diretores e conselhos metropolitanos, buscou promover a integração territorial e o desenvolvimento sustentável nessas áreas. No entanto, desafios como a falta de cooperação intermunicipal, a especulação imobiliária e a ocupação irregular de terras continuam a representar obstáculos para uma gestão eficaz das regiões metropolitanas.

Capítulo 2- A formação histórica e espacial da População Afrobrasileira

A história da população afrobrasileira no país se inicia no processo de formação econômica e política do Brasil colônia, onde africanos eram capturados, trazidos a força e escravizados no país. Este movimento inicia uma nova fase da história mundial, ao sustentar a fase da expansão colonial de países europeus que tinham esta prática com fundamento em sua expansão econômica e territorial .

A chegada da população africana no Brasil, é direcionada aos espaços economicamente mais valiosos e que dispunham de abundância de recursos naturais que interessavam aos colonizadores portugueses, este fenômeno estrutura a sociedade brasileira, além de reorganizar o território a partir da circulação e realocação das populações africanas e afrobrasileiras no território a partir da escravização e da luta contra sua realização.

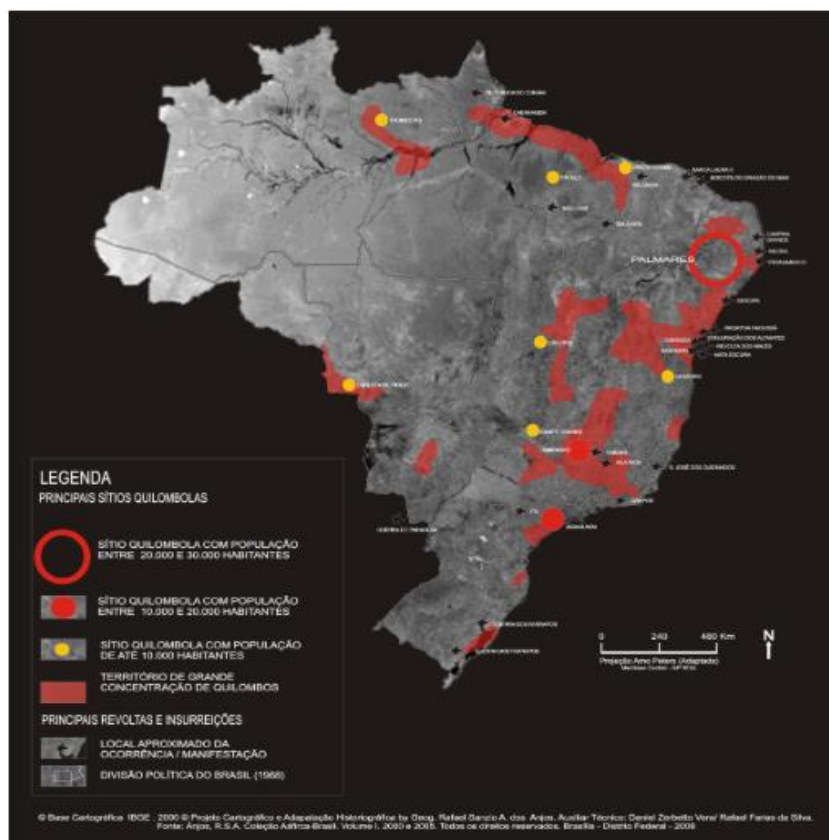


Figura 11 . Principais zonas e sítios quilombolas movimentos sociais das populações africanas dos discentes no território Brasileiro - Séculos XVI/XIX.. Adaptado de : ANJOS(2011).

Em oposição á escravidão, a população africana forma comunidades e aglomerados resistentes ao regime político da época colonial, que se encontravam em regiões longínquas e pouco conectadas aos centros urbanos e rurais do país, como forma de proteção frente ás investidas violentas de autoridades escravagistas. Este movimento interioriza a população negra e favorece sua distribuição pelo território, com suas culturas e vivências.

Com o passar dos séculos, e a fortificação do movimento abolicionista, em conjunto com a crescente pressão internacional pelo fim da escravidão negra nos sistemas econômicos mundiais, a escravidão sofre golpes a partir de iniciativas legislativas que atenuaram a força da escravidão sobre a população negra no Brasil, mas que se mostraram ineficientes e insuficientes para o exercício da cidadania por parte da população afrobrasileira no país, citamos a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850 que estabeleceu a proibição da chegada de negros escravizados em portos brasileiros, em razão de pressão política britânica pelo fim da escravidão em território brasileiro, em seguida a Lei do Ventre Livre, de 1871, que determinava que os negros nascidos no Brasil não seriam mais escravizados. Mas em decorrência da alta resistência da elite política da época, o projeto previa artigos que descaracterizaram a intenção da lei e dificultavam a execução da determinação legal, que produziu poucos resultados benéficos para a população escravizada. Logo em seguida e a poucos anos da abolição total da escravatura, é instituída a lei de dos sexagenários, instrumento que declarava livres, os indivíduos escravizados que atingissem os 60 anos de idade, sendo que a expectativa de vida entre os escravizados era bem menor do que o previsto na lei. Com a abolição da escravidão no Brasil, ocasionada pela assinatura do decreto da lei áurea, mas sob o prisma político da influencia britânica no Brasil, as pessoas escravizadas não obtiveram qualquer política de assistência ou reparação frente aos 3 séculos de escravização enfrentados em solo nacional tendo inclusive tendo políticas direcionadas de não promoção de direitos a estas pessoas (ANJOS, 2013). Na falta de direitos sociais básicos, esta população passa a ocupar territorialmente os lugares mais precários e longínquos dos centros urbanos brasileiros, criando suas próprias redes de relações sociais .

A população afro - brasileira, entendida por nós como a população que se declara preta e parda no Brasil, em razão do grande período histórico que se encontrou subjugada oficialmente pelas leis e pelo estado geral da sociedade colonial brasileira, pela escravidão e pelo desmaparo e marginalização característicos do processo social no Brasil, ainda se organiza a partir das marcas adquiridas neste período. ANJOS (2009) aborda a problemática de que: “O sistema brasileiro tem induzido ao longo dos tempos, de maneira explícita e às vezes de forma subliminar, de que o território da população afro-brasileira é do outro lado do Oceano Atlântico,

na África, como se aqui não fosse o seu lugar e não tivesse direito de ter terras e nem referência de identidade territorial aqui.”

O mesmo autor, afirma que o País tem escolhido se definir como “ Europeu”, inviabilizando as expressões culturais e sociais além das contribuições a formação social brasileira da população afro-brasileira e indígena.

“Essa estratégia de negar os componentes africano e indígena é uma forma de registro do desinteresse pelos problemas do preconceito, da tentativa de inferiorização, da exclusão secular no sistema dominante e os pontos não são tratados eticamente”.(ANJOS,2009)

As conseqüências deste período, ficam impressas no bojo das relações sociais que correm ao longo da história e no cotidiano do cenário brasileiro, conformando um verdadeiro sistema de reprodução da segregação racial e social para com as populações afrobrasileiras e integrantes de outras minorias sociais, gerando condutas racistas, que podem se dar no nível interpessoal, entre pessoas, e no nível institucional e sistêmico (GELEDÉS,2013).

O racismo institucional se reproduz na reiterada ausência do estado e das instituições, que em muitos casos, operam a favor da indisponibilidade ou da completa limitação do acesso a direitos fundamentais básicos e o completo exercício da cidadania.(JESUS,2020).

A partir da reprodução histórica do racismo institucional, ACSERALD(2004) , nos diz que, historicamente as populações *“pobres, despossuídas e pertencentes a minorias étnicos raciais têm sido alocadas próximas a instalações de esgoto e lixo e expostas a condições inadequadas de saneamento em virtude de políticas ambientais discriminatórias.”* e salienta o caráter racial deste processo social, o que configura a cor da pele, agregando as condições sociais,econômicas e políticas como um determinante social de saúde, conforme aborda JESUS :

É nesse sentido que o racismo emerge como determinante social da saúde, na medida em que a concentração de riqueza e poder, bem como as condições ambientais e de vida e o fator raça, está associada às iniquidades em saúde.(2020).

Compreendendo que o Racismo em sua forma institucionalizada, destina às populações minoritárias socialmente, em especial a de origem africana, afrobrasileira ou afroamericana, para a ocupação de localidade e sítios geográficos com infraestrutura inadequada ou riscos ambientais consideráveis, surge o conceito de racismo ambiental.

2.1 Racismo Ambiental

O conceito de racismo ambiental, é recente e amplo, que vêm importado da literatura estadunidense no que diz respeito à questão ambiental e as condições da habitação de populações integrantes de minorias raciais e sociais, no âmbito da discussão política sobre os direitos inerentes ao meio ambiente e cidadania, existente naquele país. dentre outras minorias políticas que lutavam contra a poluição industrial em grandes cidades americanas, que acabam relegando a estas populações, os locais mais insalubres e inadequados para serem habitados, sujeitos a todo tipo de insalubridade e risco ambiental.

O conceito surge a partir do clamor por justiça ambiental, expressão que sempre deve acompanhar o termo racismo ambiental, em eventos ocorridos nos Estados Unidos, durante o período de luta por direitos civis da população afroamericana, quando o líder religioso Benjamin Chávez, denuncia as condições ambientais em que comunidades latinas e afroamericanas estavam sujeitas perante o depósitos de resíduos químicos industriais perto de suas comunidades (BULLARD,2005). O conceito se estrutura a partir das injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre comunidades com pouca representatividade e que pouco influenciam as políticas de ordenamento urbano ou rural. Esses atos são lesivos aos direitos básicos concedidos aos cidadãos em geral de uma comunidade e originalmente decorriam da exploração ambiental de indústrias poluentes (PREVE,2023).

Alguns dos casos notáveis no desenvolvimento do conceito diz respeito ao caso de contaminação química em “Love Canal” em 1978 localizada no Estado de Nova Iorque, um conjunto habitacional destinado a população negra é construído sobre um aterro de lixo tóxico, dejetos químicos e material bélico, sem nenhum tipo de ciência por parte da população

residente, que sofre consequências na saúde por causa do sítio geográfico onde residiam. No ensejo das lutas sociais, surge a luta contra empresas do setor industrial químico, que destinavam seus dejetos poluentes para áreas ou em corpos hídricos próximos a comunidades marginalizadas e periféricas. Este movimento ocorre junto ao crescente movimento de luta pelo direito ao meio ambiente equilibrado por parte da população branca e de classe média dos EUA, o que gera consequências para as populações negras e minoritárias, que não possuíam o mesmo poder de representação política e de demandas perante a sociedade estadunidense.

O racismo ambiental é um fenômeno complexo que se reproduz a partir da vivência em condições precarizadas do ponto de vista socioambiental, agravado pelas desigualdades no acesso ao poder decisório por comunidades minoritárias. Essa dinâmica se manifesta de diversas maneiras, evidenciando como grupos vulneráveis são sistematicamente marginalizados e expostos a ambientes degradados. No contexto brasileiro, o racismo ambiental é particularmente evidente na fragilidade das comunidades frente aos riscos ambientais e na ausência de serviços básicos essenciais para a plena cidadania, como saneamento ambiental, acesso ao transporte, saúde pública, entre outros. (BULLARD,2005)

Primeiramente, é fundamental entender que o racismo ambiental não se limita apenas à exposição desproporcional de minorias étnicas a poluentes e desastres ambientais. Ele também envolve a exclusão dessas comunidades dos processos de tomada de decisão que afetam diretamente suas vidas e seu ambiente. Esse padrão de exclusão e marginalização perpetua um ciclo de vulnerabilidade e desamparo, onde as comunidades afetadas têm pouca ou nenhuma voz para influenciar políticas públicas e ações governamentais que poderiam mitigar os impactos ambientais adversos. No Brasil, a realidade do racismo ambiental pode ser observada em inúmeras situações. Comunidades quilombolas, indígenas e de baixa renda frequentemente residem em áreas suscetíveis a desastres naturais, como enchentes, deslizamentos e secas. Essas áreas geralmente carecem de infraestrutura adequada, incluindo redes de esgoto, água potável e coleta de lixo, resultando em condições de vida insalubres que agravam os problemas de saúde pública. A falta de saneamento básico é um exemplo claro de como o racismo ambiental se manifesta, pois essas comunidades ficam expostas a doenças e condições de vida degradantes que poderiam ser evitadas com investimentos e políticas públicas adequadas. (ACSERALD,2004)

Capítulo 3 - Espacialidade da População Afro - Brasileira nos Municípios Selecionados com base nos agregados por setor censitário

3.1 O Município, e o Setor Censitário

3.1.1 O Município

Os municípios, na constituição de 1988, passam a acumular diversas prerrogativas importantes, que lhe conferem autonomia política para definição de políticas públicas locais e organização de seu território, conforme exposto no artigo 30.

Os municípios têm o poder de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme estabelecido na Constituição. Isso inclui questões relacionadas ao uso do solo, trânsito, transporte, meio ambiente, entre outros. Os municípios são responsáveis por organizar e prestar serviços públicos de interesse local, como educação infantil e fundamental, atendimento à saúde básica, assistência social, transporte público, entre outros. Além de ser função dos municípios promover o adequado ordenamento territorial, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e evitando a desorganização e expansão desordenada das cidades. Hoje o Brasil, conta com 5068 municípios em toda a sua extensão territorial

Mecanismo de pesquisa no Território : O censo do IBGE de 2010

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada a cada dez anos, o Censo Demográfico, uma operação de pesquisa, que constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional. O primeiro censo demográfico foi realizado em 1808, para fins militares.

Existem dois questionários que são feitos simultaneamente durante o período de coleta, um básico, realizado de forma censitária, ou seja, todos os domicílios em que vivem pessoas devem receber uma visita e seus moradores serem entrevistados, e um questionário estendido, feito a partir de uma amostra da população que se encontram em determinada localidade.

A Célula territorial usada para a coleta dos dados, é o setor censitário, O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua,

situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado.

3.2 Espacialização da População Afro - Brasileira nos Municípios Seleccionados com base nos agregados por setor censitário

Foram feitos mapas com dados provenientes do censo do IBGE de 2010, para estabelecer uma base de comparação com os dados a serem divulgados pelo instituto até o fim de 2023 . Os mapas foram feitos com base no número de setores censitários existentes no ano de 2010, a fim de serem compatíveis com os dados disponíveis . Para evidenciar as condições territoriais em que a população afro-brasileira se encontra nos municípios e nas regiões administrativas, foram analisadas as condições do entorno dos domicílios, dado este presente no conjunto de dados agregados por setor censitário do censo de 2010. Dentre mais de 150 variáveis foram escolhidas duas, que tem 3 subdivisões em relação aos domicílios, A variável que constata a existência de esgoto a céu aberto, aos arredores do domicílio entrevistado, e uma outra que constata a não existência de pavimento no logradouro imediato ao domicílio; Ambas servem de parâmetro para evidenciar em que condições as populações alvo da pesquisa estão vivendo quanto a situação territorial de seus domicílios e suas vulnerabilidades quanto ao saneamento ambiental neste municípios.

3.2.1 Valparaíso de Goiás

O município de Valparaíso de Goiás, contava em 2010, com 177 setores censitários que compunham a município, sendo 175 setores censitários urbanos, e 2 sendo considerados rurais. Na época da realização do censo, após a realização da operação censitária, foram registrados 132.982 habitantes. No mapeamento realizado foram encontradas concentrações intensas de domicílios com população autodeclarada negra, em diversos bairros da cidade. Em destaque os setores localizados nos bairros Jardim Céu Azul, Setor de Chácaras Anhanguera e Pacaembu, onde foram registrados entre 245 e 258 pessoas que se autodeclararam pretas. No segundo mapa, onde foi investigada a espacialização da população autodeclarada parda, foram encontradas concentrações em mais setores, mas se mantiveram relevantes os bairros do Jardim Céu Azul

e Setor de Chácaras Anhanguera, além de um setor localizado em uma outra parte da cidade, o Bairro Parque Esplanada.

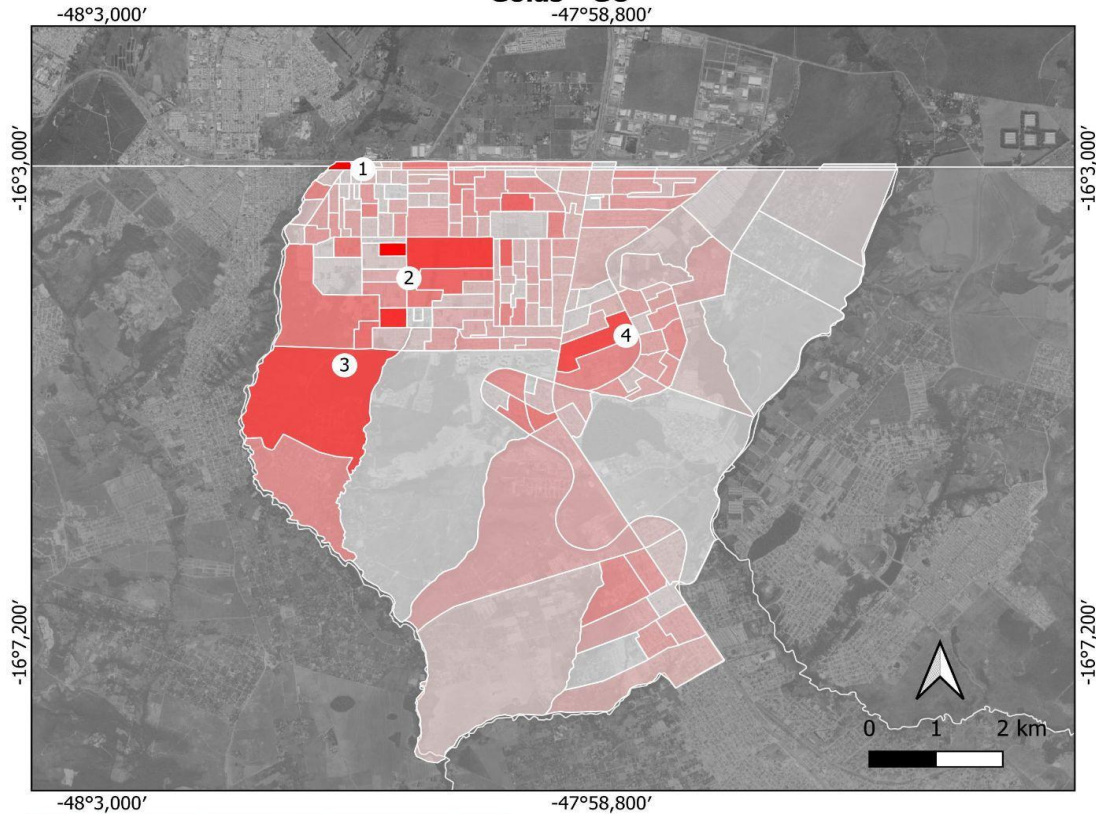
Código do Setor Censitário	Bairro do Setor Censitário	População Autodeclarada Preta	População Autodeclarada Parda
522185805000162	Vila Guaíra (Céu Azul)	257	317
522185805000069	Setor de Chácaras Anhanguera	258	370
522185805000073	Setor de Chácaras Anhanguera	196	1466
522185805000065	Pacaembu	183	910
522185805000013	Parque Esplanada	188	769
522185805000078	Parque Esplanada	128	1561

Tabela 3 . Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Valparaíso de Goiás - GO.

Fonte: IBGE Censo 2010 Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>



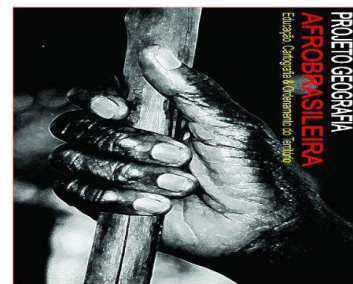
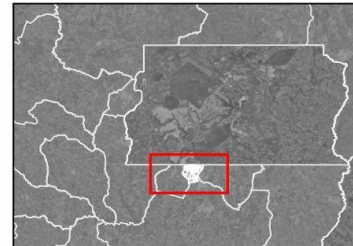
Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo do IBGE de 2010 por Setor Censitário no Município de Valparaíso de Goiás - GO



Legenda

Setores Censitários Valparaíso	
0 - 13	129 - 142
13 - 26	142 - 155
26 - 39	155 - 168
39 - 52	168 - 181
52 - 65	181 - 194
65 - 77	194 - 206
77 - 90	206 - 219
90 - 103	219 - 232
103 - 116	232 - 245
116 - 129	245 - 258

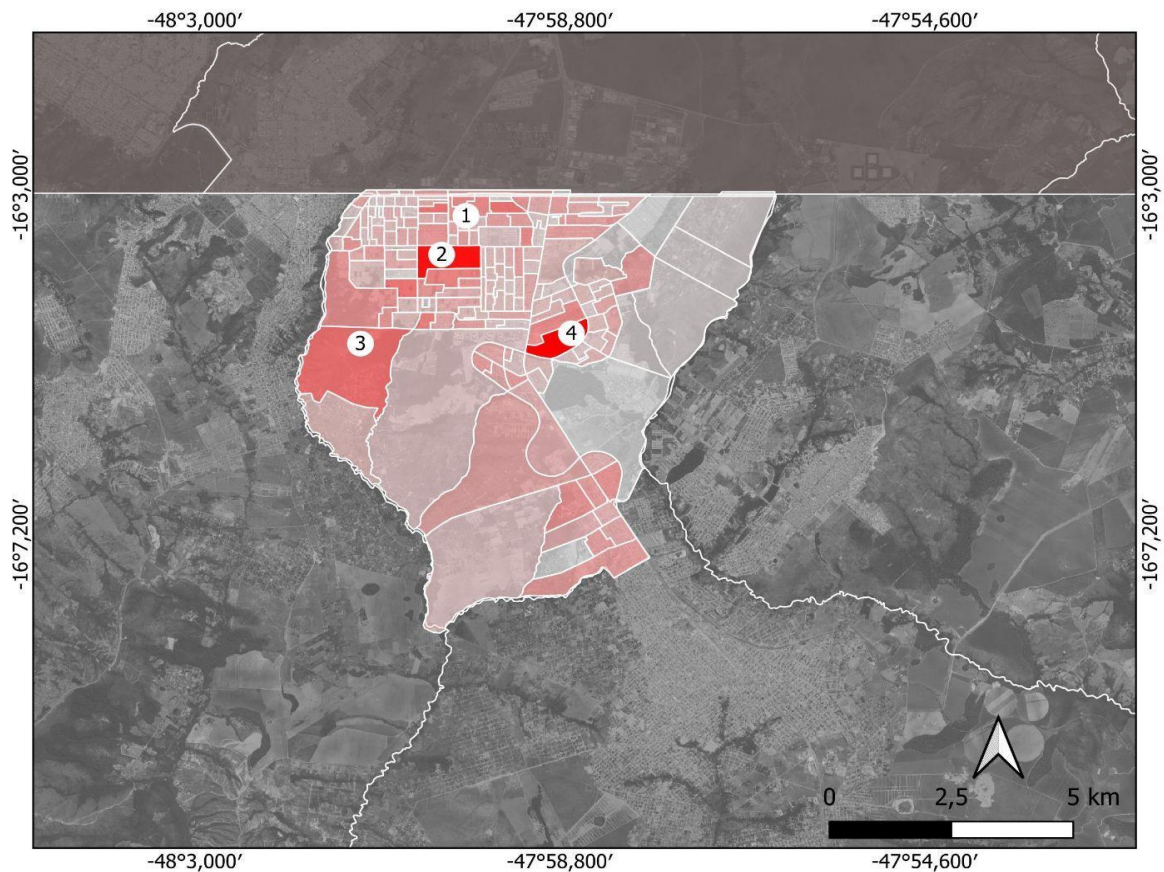
- Setores Mais ocupados por População Autodeclarada Preta
- 1 - Vila Guaira(Céu Azul)
 - 2 - Setor de Chácaras Anhanguera
 - 3 - Pacaembu
 - 4 - Parque Esplanada



SISTEMA DE COORDENADAS GEGRÁFICAS; DATUM SIRGAS 2000; FONTE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, ELABORADO POR GEÓG. MATEUS JESUS NUNES

Figura 12 - Mapa Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 no Município de Valparaíso de Goiás - GO Fonte : IBGE

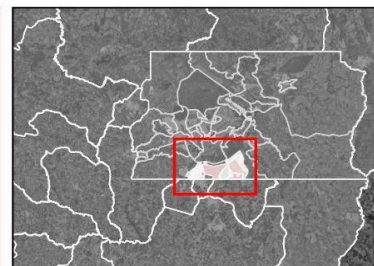
Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo do IBGE de 2010 por Setor Censitário em Valparaíso de Goiás - GO



Distribuição da População Parda por Setor Censitário	
0 - 9	90 - 99
9 - 18	99 - 108
18 - 27	108 - 117
27 - 36	117 - 126
36 - 45	126 - 135
45 - 54	135 - 144
54 - 63	144 - 153
63 - 72	153 - 162
72 - 81	162 - 171
81 - 90	171 - 180

Setores Mais Ocupados por População Autodeclarada Parda

- 1- Jardim Céu Azul/Cruzeiro do Sul
- 2 - Setor de Chácaras Anhanguera
- 3 - Pacaembu
- 4 - Parque Esplanada



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS; DATUM SIRGAS 2000; FONTE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, ELABORADO POR MATEUS JESUS NUNES

Figura 13 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico de 2010 no Município de Valparaíso de Goiás - GO Fonte : IBGE

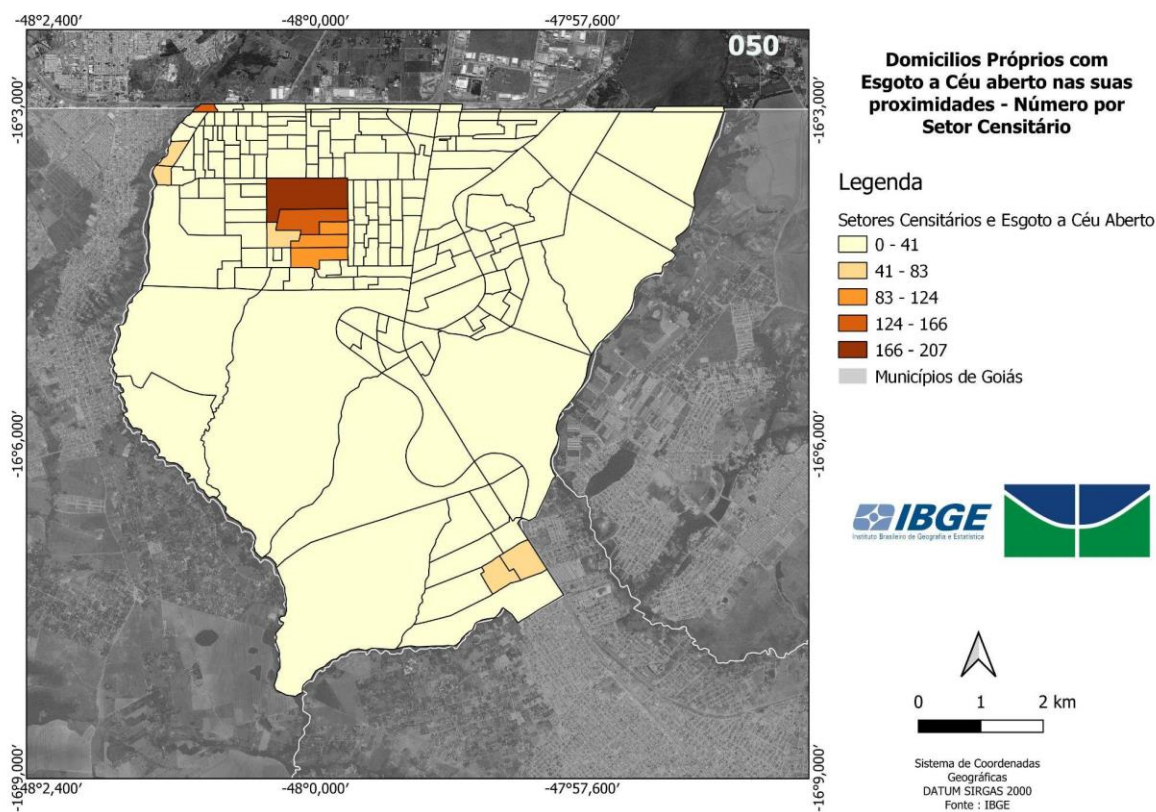


Figura 14 - Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades em Valparaíso de Goiás.

Ao visualizarmos os setores censitários, onde foi encontrado esgoto a céu aberto, nos logradouros próximos aos domicílios, vimos que setores localizados no setor de Chácara Anhanguera, têm uma concentração de pontos com esgoto a céu aberto, essa informação vai ao encontro daquela existente no Mapa 1, onde alguns destes setores pela presença de esgoto a céu aberto, são os mesmos que são amplamente ocupados por pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

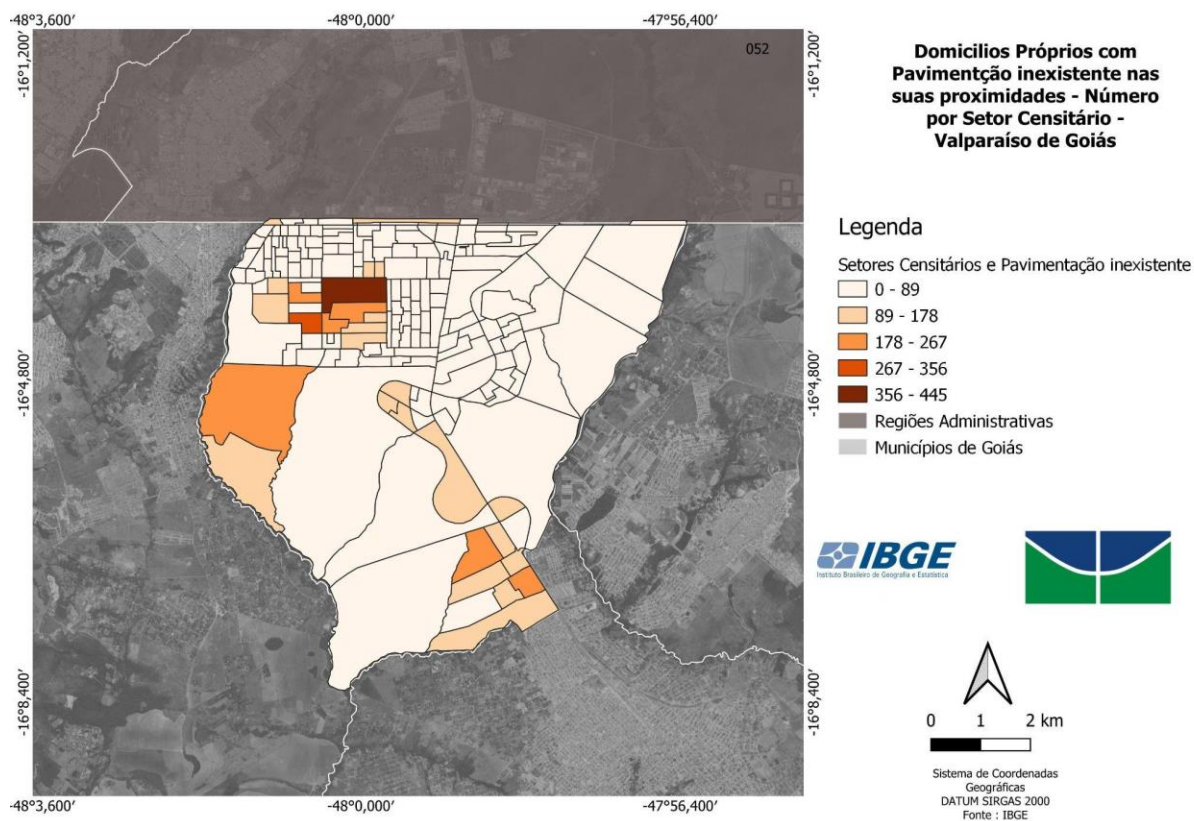


Figura 15 - Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades em Valparaíso de Goiás. Fonte : IBGE

Quanto a pavimentação dos logradouros imediatos à aos domicílios dos setores censitários, também foram registradas grandes concentrações de ocorrência de pavimentação inexistente em setores já destacados como povoados por população afrobrasileira.

O Setor de Chácaras Anhanguera, bairro com mais ocorrências de infraestrutura precária e população afrobrasileira , convive com uma série de problemas de ordem da infraestrutura urbana. desde o início de sua transformação entre um setor de habitações rurais e de grandes lotes ocupados por chacareiros, para um setor residencial de condomínios de moradia popular, subsidiados por meio de programas habitacionais governamentais, impulsionados nos últimos anos (MATOS,2019).

3.2.2 Cidade Ocidental

No município de Cidade Ocidental, composto por 79 setores censitários, sendo 60 urbanos e 19 rurais, as maiores concentrações de população autodeclarada preta, se concentram na parte urbana do Município, e no Distrito do Jardim ABC e proximidades do Território Quilombola Mesquita, tradicional comunidade quilombola presente no município.

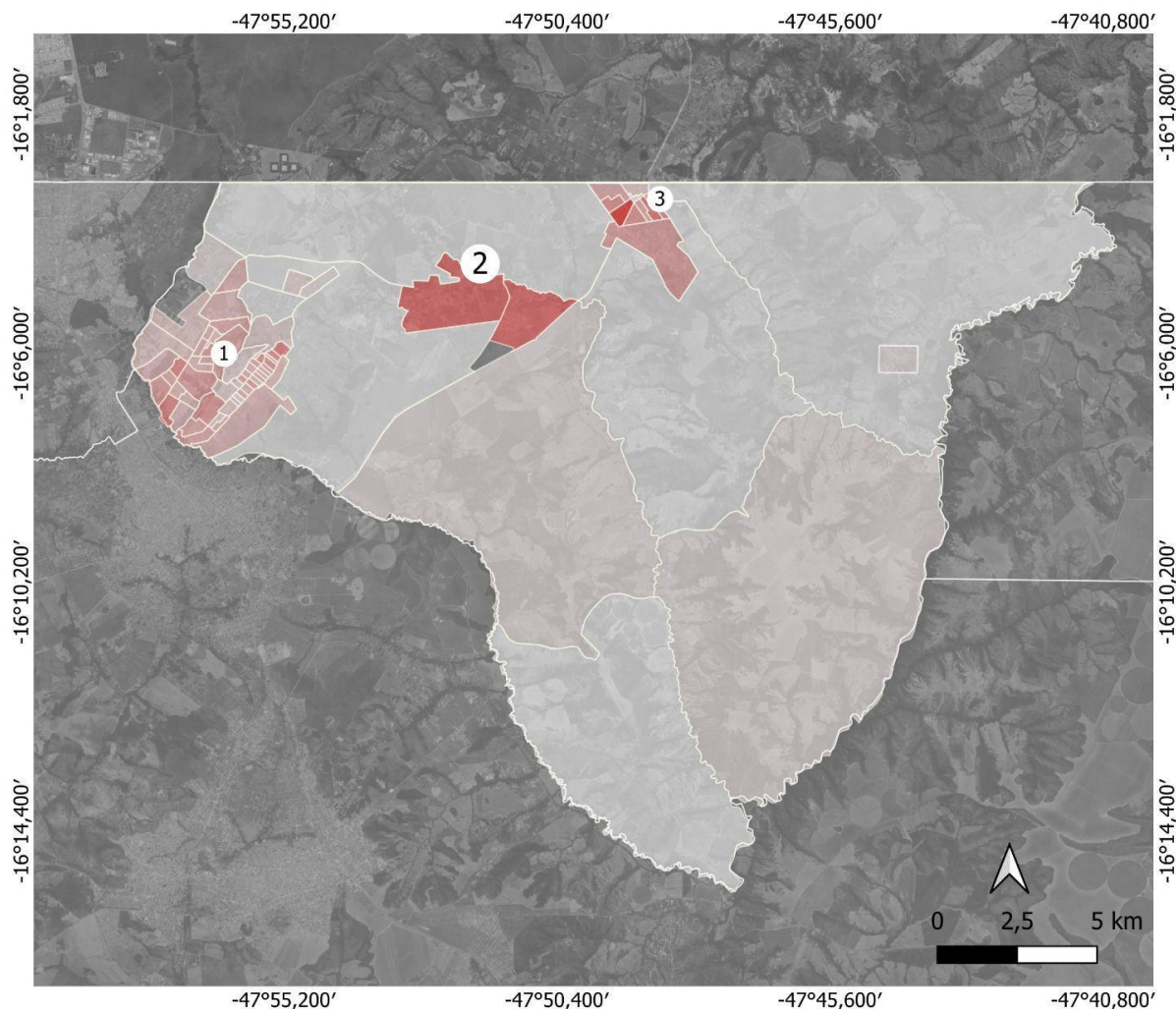
Código de Setor Censitário	Bairro do Setor Censitário	População Autodeclarada Preta	População Autodeclarada Parda
520549705000036	Parque Napolis	161	469
520549705000050	Super Quadra 19	174	1032
520549705000048	Território Quilombola Mesquita e Adjacências	201	479

Tabela 4 . Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Cidade Ocidental - GO

Fonte : IBGE



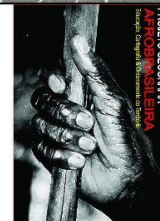
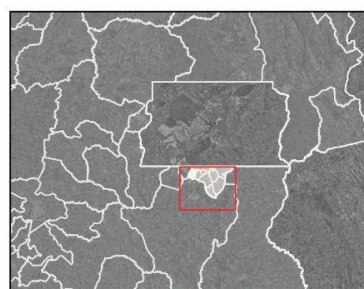
Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo de 2010 do IBGE por Setor Censitário - Cidade Ocidental - GO



Setores Censitários Cidade Ocidental	
1 - 16	162 - 176
16 - 30	176 - 191
30 - 45	191 - 205
45 - 59	205 - 220
59 - 74	220 - 235
74 - 89	235 - 249
89 - 103	249 - 264
103 - 118	264 - 278
118 - 132	278 - 293
132 - 147	

Setores Censitários Mais Povoados por População Autodeclarada Preta

- 1 - Sede Urbana Cidade Ocidental
- 2 - Quilombo Mesquita
- 3 - Jardim ABC

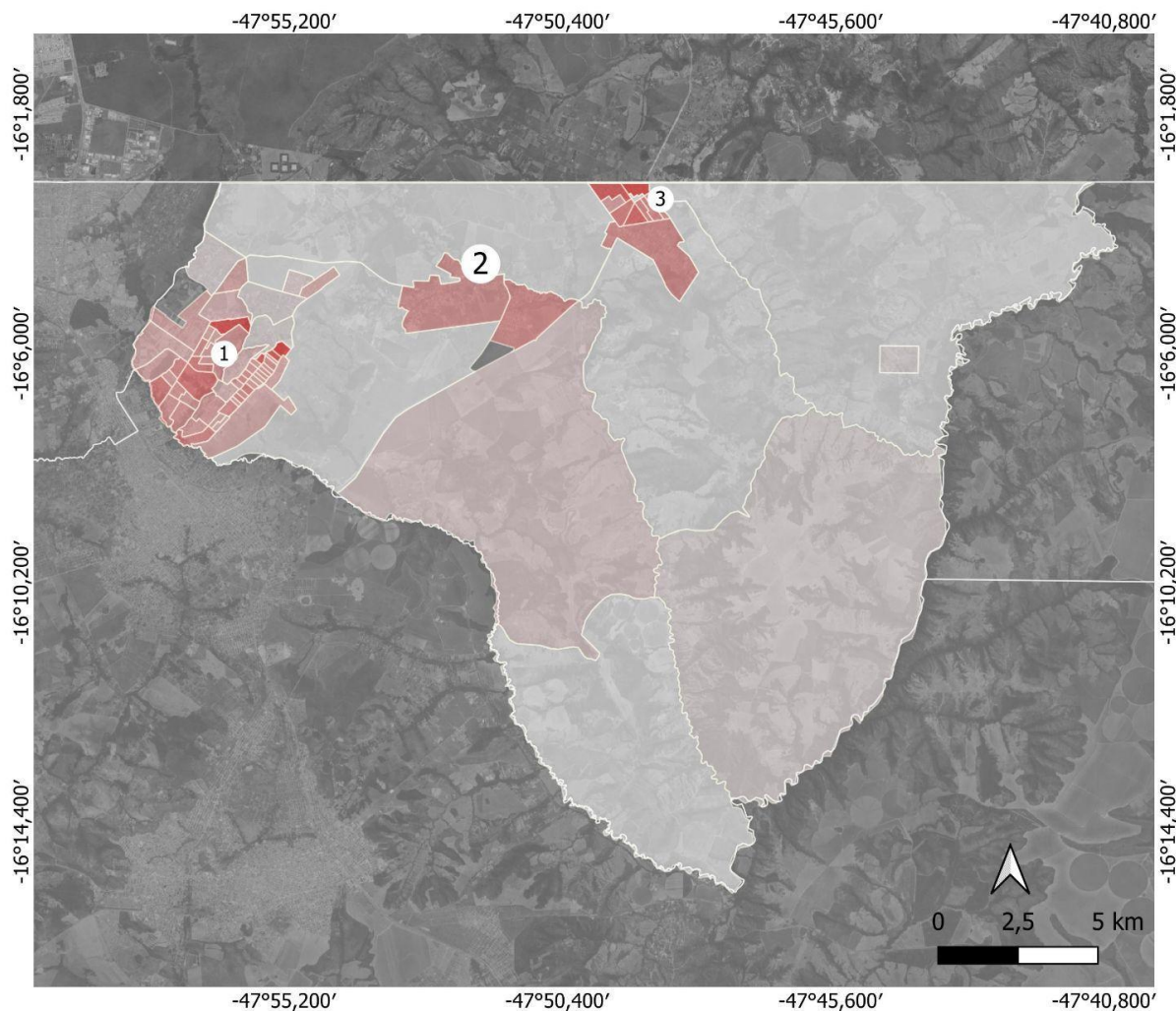


Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 Fonte : Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística- IBGE elaborado Por Geólg. Mateus Jesus Nunes

Figura 16 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 no Município de Cidade Ocidental - GO

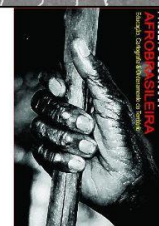
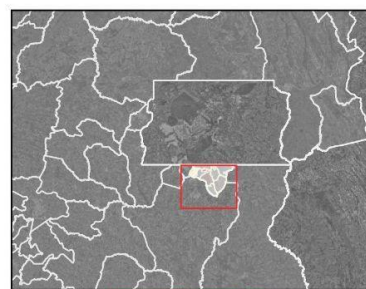


Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo de 2010 do IBGE por Setor Censitário - Cidade Ocidental - GO



Setores Censitários Cidade Ocidental	
17 - 68	525 - 575
68 - 119	575 - 626
119 - 169	626 - 677
169 - 220	677 - 728
220 - 271	728 - 778
271 - 322	778 - 829
322 - 372	829 - 880
372 - 423	880 - 931
423 - 474	931 - 981
474 - 525	981 - 1032

Setores Censitários Mais Povoados por População Autodeclarada Parda
1 - Sede Urbana Cidade Ocidental
2 - Quilombo Mesquita
3 - Jardim ABC



Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 Fonte : Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE elaborado Por Geólg. Mateus Jesus Nunes

Figura 17 - Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico de 2010 no Município de Cidade Ocidental - GO

Em relação a população que se autodeclara parda, os padrões de concentração se repetem, se intensificando em alguns setores da sede urbana do Município, no Jardim ABC e no setor censitário rural.

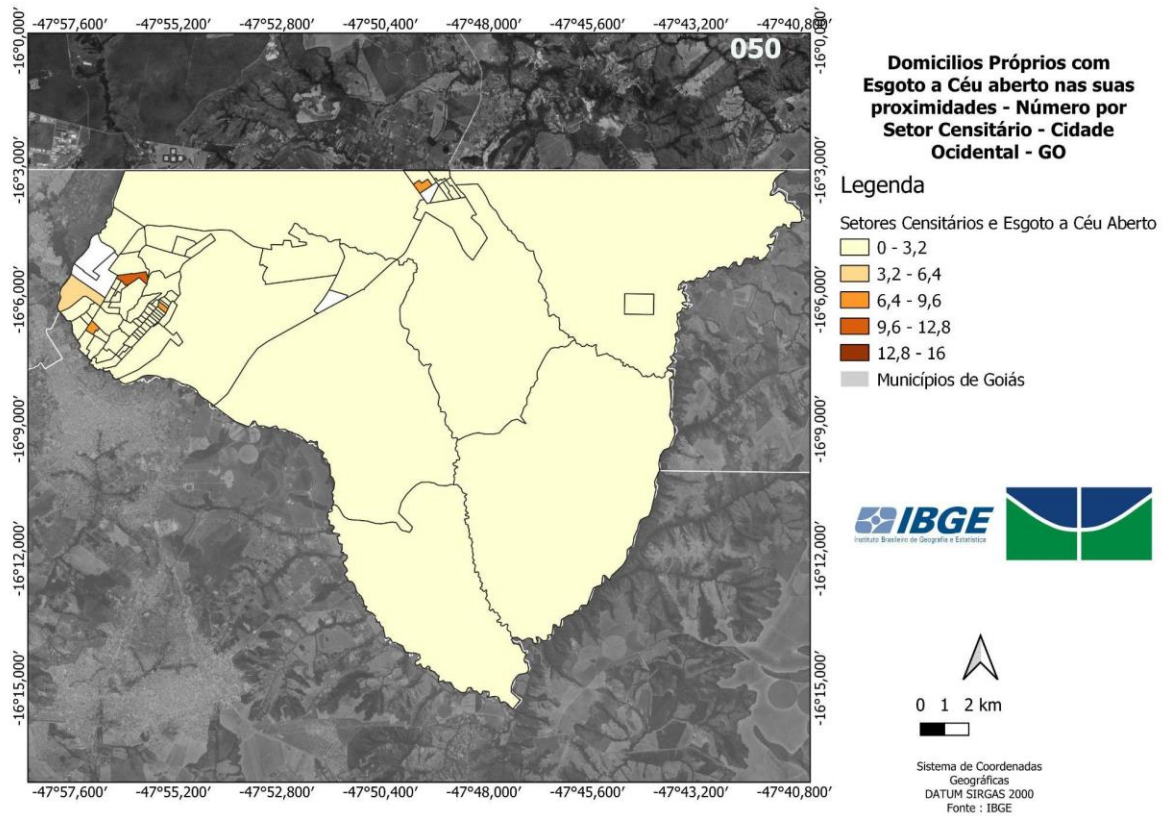


Figura 18 - Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades em Cidade Ocidental -GO.

No que se refere, à existência de esgoto a céu aberto, na Cidade Ocidental, é possível visualizar, que apenas alguns setores censitários, têm taxas intermediárias de aparecimento do problema, mas este aparecimento se sobrepõe a setores censitários com uma grande concentração de pessoas autodeclaradas pretas e pardas na cidade.

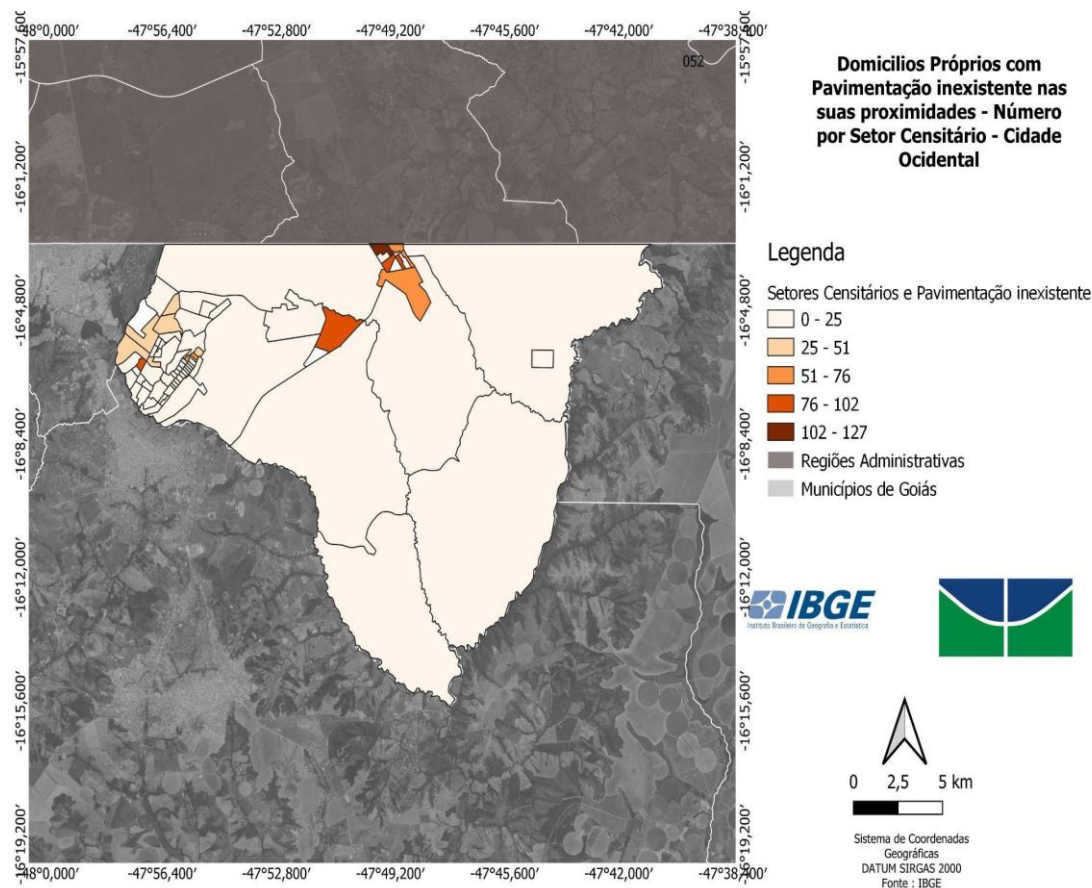


Figura 19- Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades em Cidade Ocidental- GO.

Já em relação à pavimentação, nos logradouros sem pavimentação inseridos nos setores censitários, as concentrações se destacam no Jardim ABC, em alguns setores na sede urbana do município e nos setores censitários rurais do município.

Santa Maria

A RA XIII - Santa Maria, pertencente ao Distrito Federal, é composta por 201 setores censitários, sendo 196 urbanos e 5 rurais. Na análise da distribuição da população que se autodeclara preta, foram encontradas grandes concentrações desta população, na área urbana de Santa Maria, em especial no Condomínio Porto Rico, onde se encontram mais de 170 moradores que se autodeclaram pretos em 2 setores censitários, além de outros setores dentro da área urbana de Santa Maria que apresentam a mesma disposição de pessoas inseridas nesta realidade.

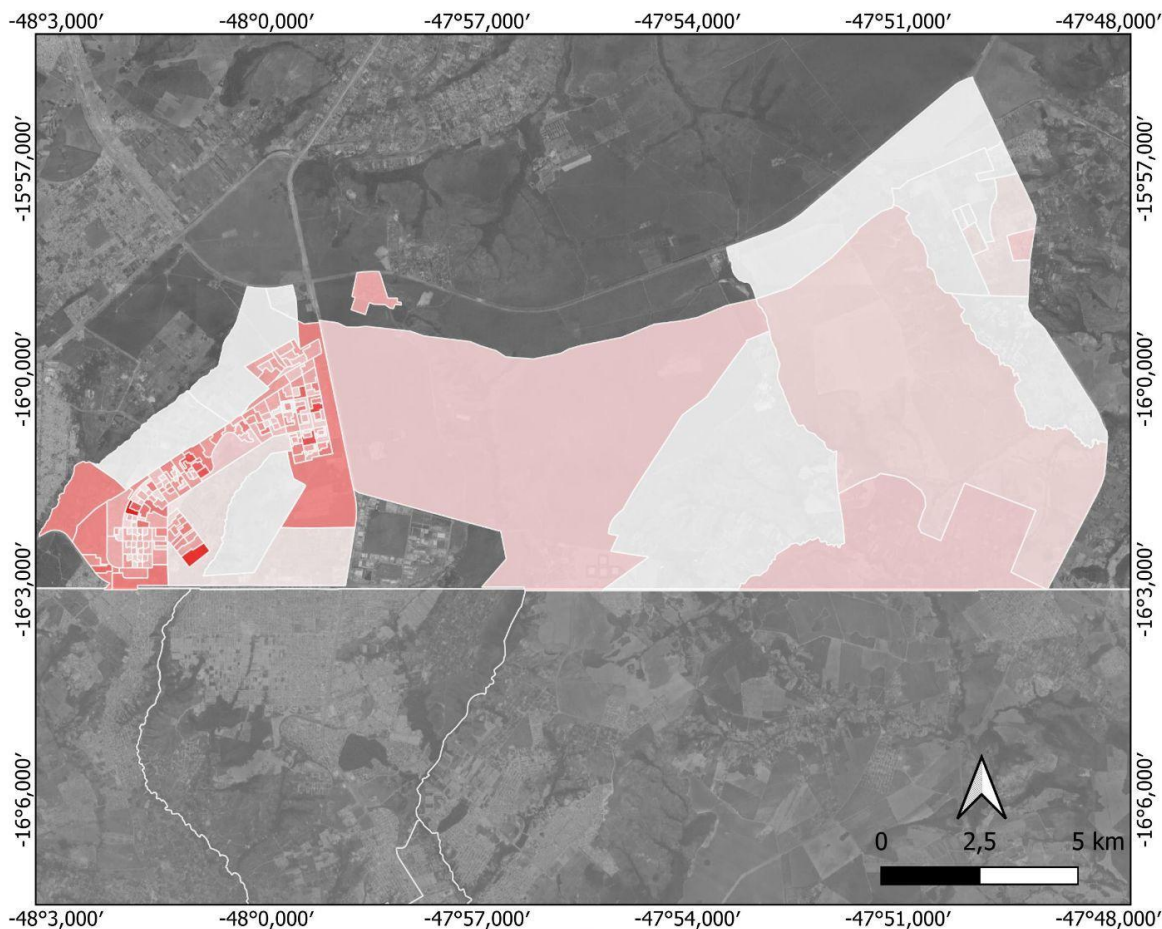
Código de Setor Censitário	Bairro do Setor Censitário	População Autodeclarada Preta	População Autodeclarada Parda
530010805250188	Porto Rico	161	378
530010805250033	QR205	180	506
530010805250174	Setor Meireles e Adjacências	84	577

Tabela 5 . Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos em Santa Maria - RA XIII.

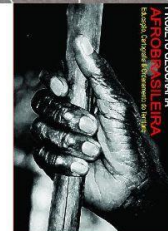
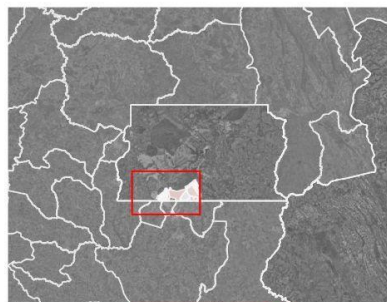
Fonte: IBGE



Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo do IBGE de 2010 por Setor Censitário na RA XII - Santa Maria



Setores Censitários RA XII- Santa Maria	
0 - 9	90 - 99
9 - 18	99 - 108
18 - 27	108 - 117
27 - 36	117 - 126
36 - 45	126 - 135
45 - 54	135 - 144
54 - 63	144 - 153
63 - 72	153 - 162
72 - 81	162 - 171
81 - 90	171 - 180

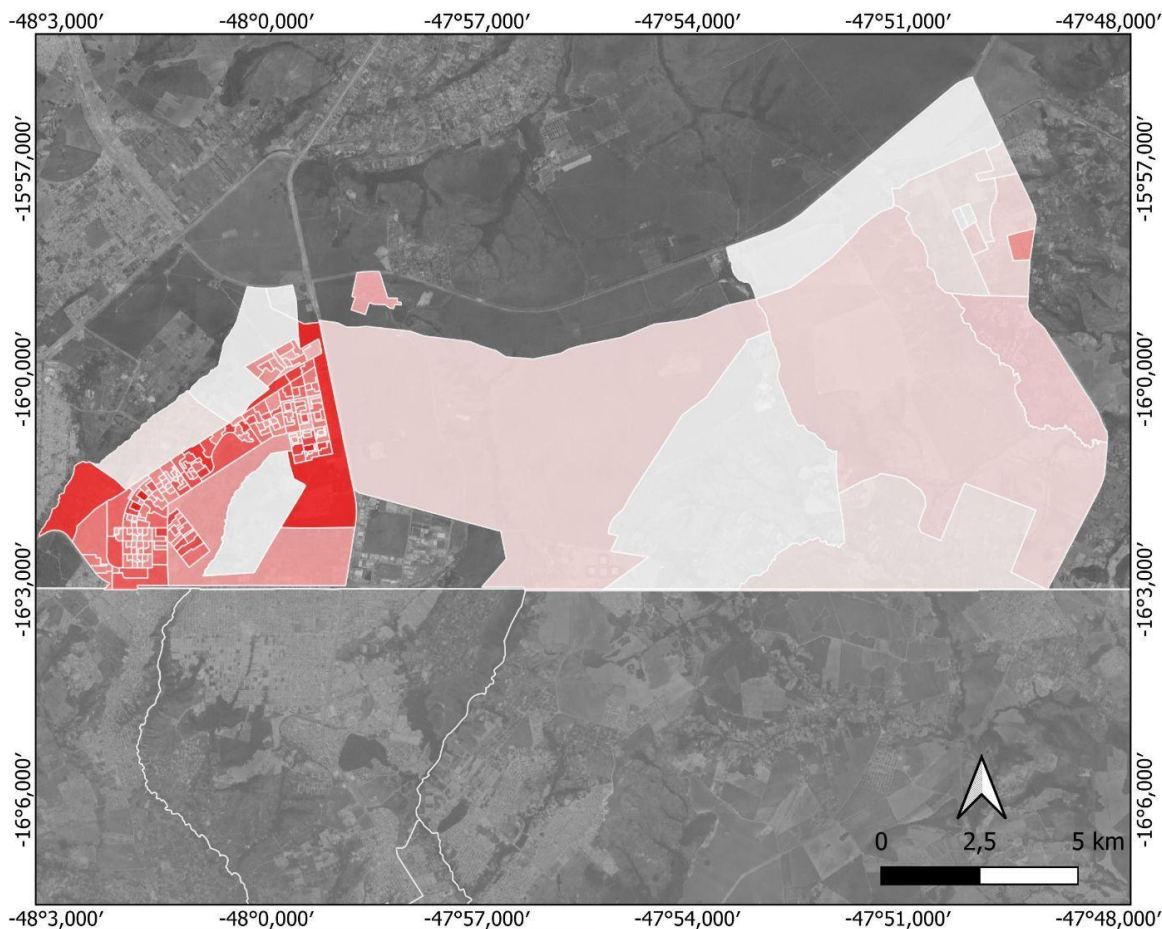


SISTEMA DE COORDNADAS GEGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000. FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ELABORADO POR GEÓG. MATEUS JESUS NUNES

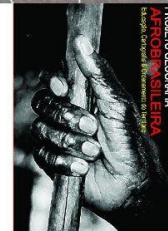
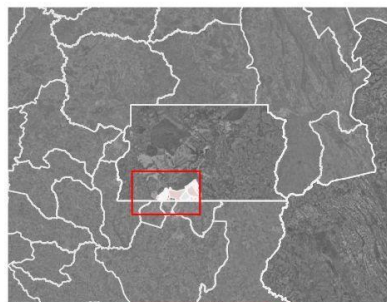
Figura 20 . Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 na RA XIII - Santa Maria



Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo do IBGE de 2010 por Setor Censitário na RA XII - Santa Maria



Setores Censitários RA XII- Santa Maria	
16 - 48	336 - 368
48 - 80	368 - 400
80 - 112	400 - 432
112 - 144	432 - 464
144 - 176	464 - 496
176 - 208	496 - 528
208 - 240	528 - 560
240 - 272	560 - 592
272 - 304	592 - 624
304 - 336	624 - 656



SISTEMA DE COORDNADAS GEGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000. FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ELABORADO POR GEÓG. MATEUS JESUS NUNES

Figura 21 . Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo Demográfico de 2010 na RA XIII - Santa Maria

O mesmo padrão se repete ao abordar a população autodeclarada Parda na RA de Santa Maria, com uma área urbana bastante ocupada por esta população, em especial, nos setores que margeiam a BR 040, e do outro lado, que fazem divisa com a RA II - Gama.

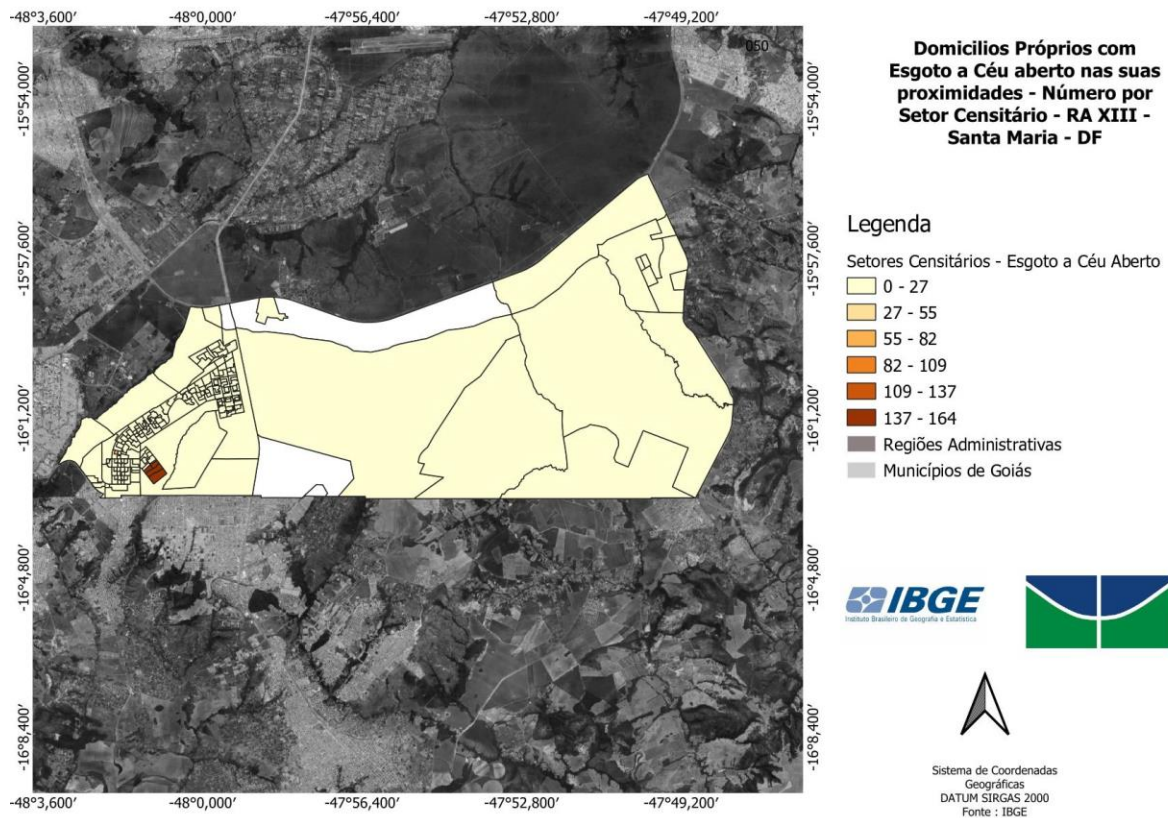


Figura 22 . Mapa dos Domicílios Próprios com Esgoto a Céu Aberto nas suas proximidades na RA XIII - Santa Maria

Na análise sobre a exposição a esgoto a céu aberto, é notável a concentração de domicílios expostos a esgoto a céu aberto , em especial no Condomínio Porto Rico, já constatado como parte de dois setores censitários amplamente ocupados pela população afro-brasileira.

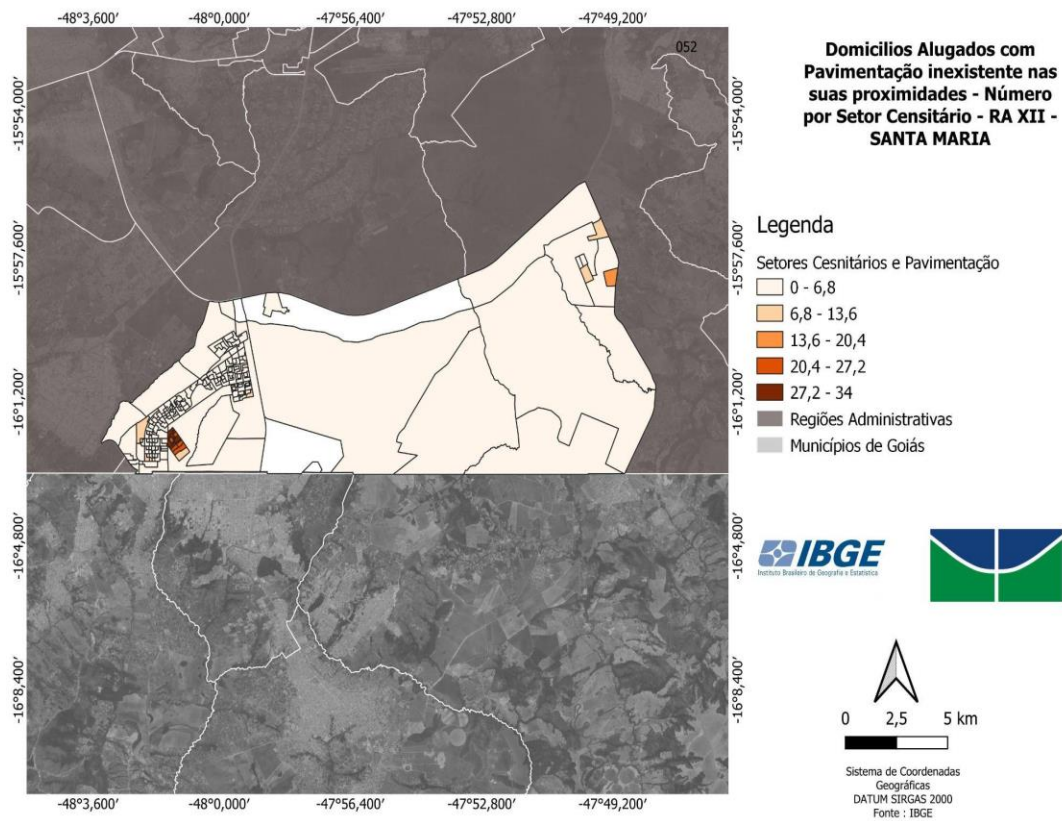


Figura 23 - Mapa dos Domicílios Próprios com pavimentação inexistente nas suas proximidades na RA XIII - SANTA MARIA

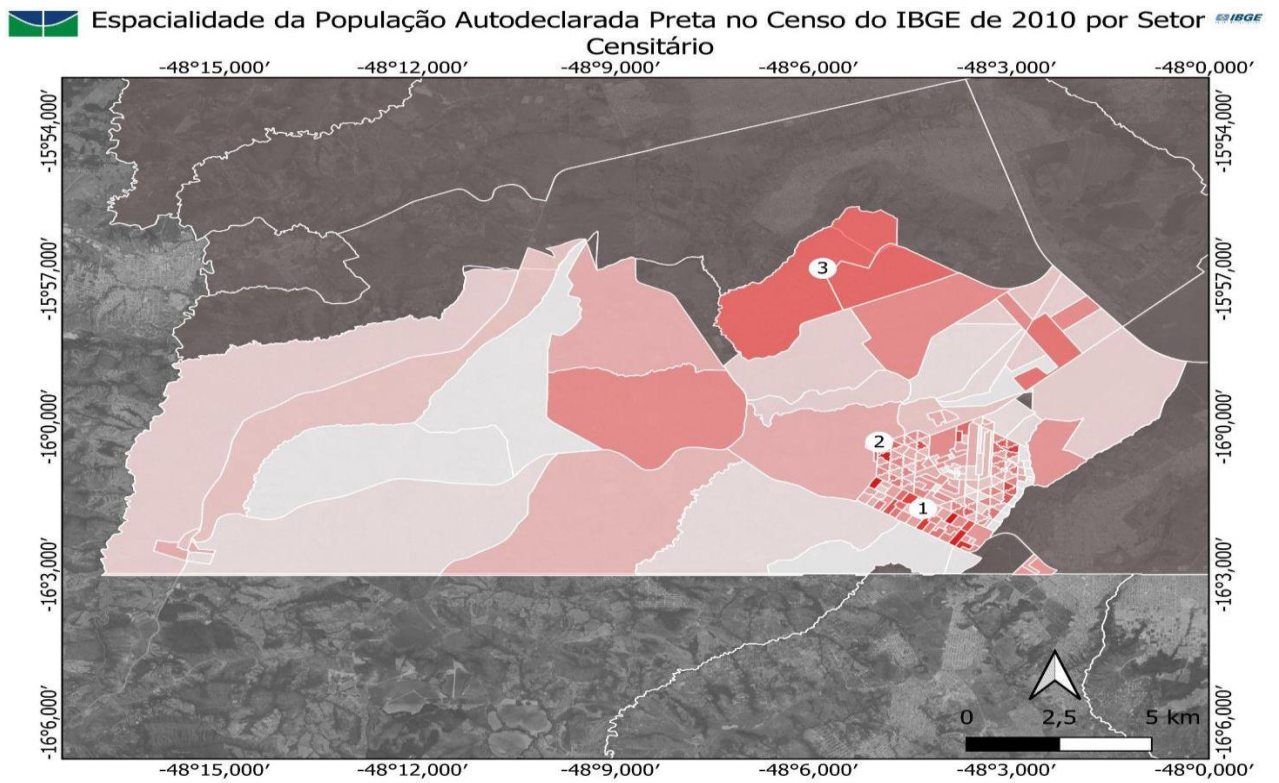
Já em relação a pavimentação, os setores censitários com mais domicílios expostos a logradouros sem pavimentação, também se localizam nos setores que compõem o Condomínio Porto Rico, e evidenciam a alta exposição dessa população a condições precárias de infraestrutura urbana, conforme exposto pelos dados do censo.

Na RA do Gama, existe uma distribuição irregular da população por todos os setores censitários, existem 225 setores censitários, sendo 37 rurais e 188 urbanos .

A população autodeclarada preta, ocupa em maior parte os setores censitários localizados no setor sul do Gama, e em setores censitários rurais localizados no setor Ponte Alta. Já a população que se declara parda, a distribuição é mais intensa ao longo da área urbana da cidade, em especial nos setores Leste e Oeste e em alguns setores censitários próximos ao setor Ponte Alta e demais setores censitários rurais. Na questão da exposição ao esgoto a céu aberto e a pavimentação dos logradouros, apenas alguns pequenos setores censitários urbanos, têm um nível de concentração elevado na parte urbana da referida região administrativa. Em 2010, a estrutura da cidade, a ocorrência de esgoto em céu aberto e falta de pavimentação já era diminuta na sede urbana da Região Administrativa, demonstrando que as aglomerações urbanas dentro do Distrito Federal , conseguiam oferecer uma condição mais equânime no que diz respeito à infraestrutura urbana para a população afrobrasileira.

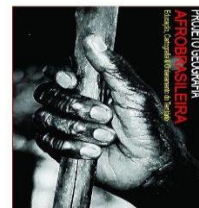
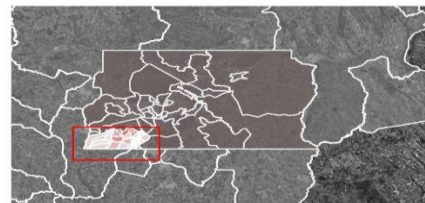
Código de Setor Censitário	Bairro do Setor Censitário	População Autodeclarada Preta	População Autodeclarada Parda
530010805070123	Setor Sul	124	620
530010805070141	Setor Oeste	120	618
530010805070206	Ponte Alta	80	704

Tabela 6 . Setores Censitários mais habitados por Autodeclarados Pretos ou Pardos no Gama RA - II - Fonte : IBGE



Setores Censitários GAMA 2010 em uso	
0 - 7,5	75,5 - 83
7,5 - 15,1	83 - 90,6
15,1 - 22,6	90,6 - 98,1
22,6 - 30,2	98,1 - 105,7
30,2 - 37,8	105,7 - 113,2
37,8 - 45,3	113,2 - 120,8
45,3 - 52,8	120,8 - 128,3
52,8 - 60,4	128,3 - 135,9
60,4 - 67,9	135,9 - 143,4
67,9 - 75,5	143,4 - 151

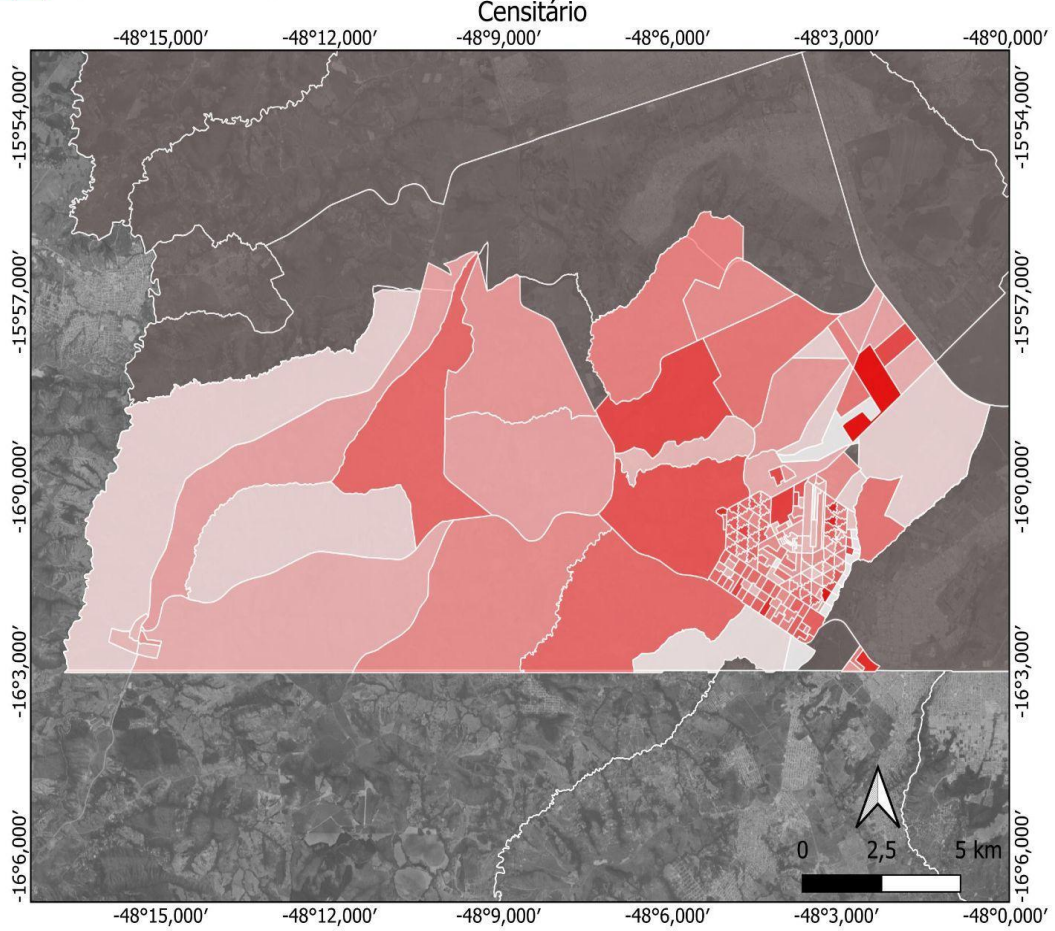
Setores Censitários mais Povoados por População Preta
 1 - Setor Sul
 2 - Setor Oeste
 3 - Ponte Alta



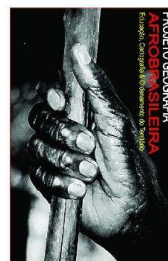
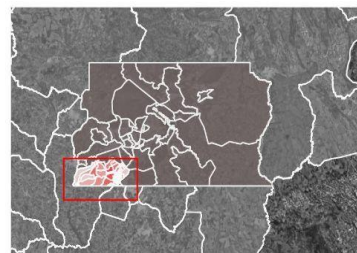
Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 Fonte : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Elaborado por Geóg. Mateus Jesus Nunes

Figura 24 . Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Preta no Censo Demográfico de 2010 na RA II - Gama

Espacialidade da População Autodeclarada Parda no Censo do IBGE de 2010 por Setor Censitário 



Setores Censitários GAMA 2010 em uso	
0 - 35	352 - 387
35 - 70	387 - 422
70 - 106	422 - 458
106 - 141	458 - 493
141 - 176	493 - 528
176 - 211	528 - 563
211 - 246	563 - 598
246 - 282	598 - 634
282 - 317	634 - 669
317 - 352	669 - 704



Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 Fonte : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Elaborado por Geóg. Mateus Jesus Nunes

Figura 25 . Mapa da Espacialidade da População Autodeclarada Parda na RA - II GAMA - DF

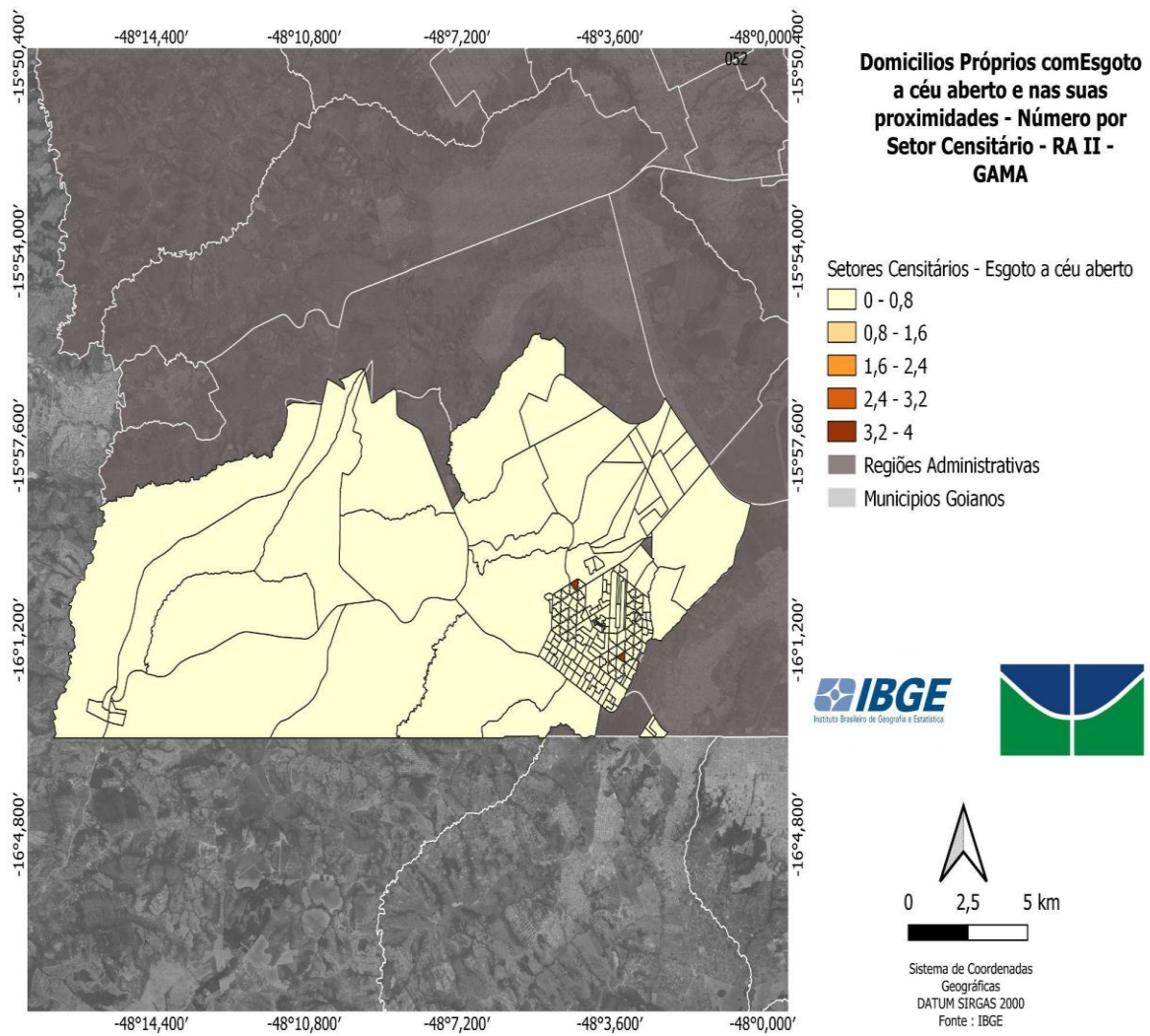


Figura 26. Mapa dos domicílios com esgoto a céu aberto nas suas proximidades na RA II - Gama - DF

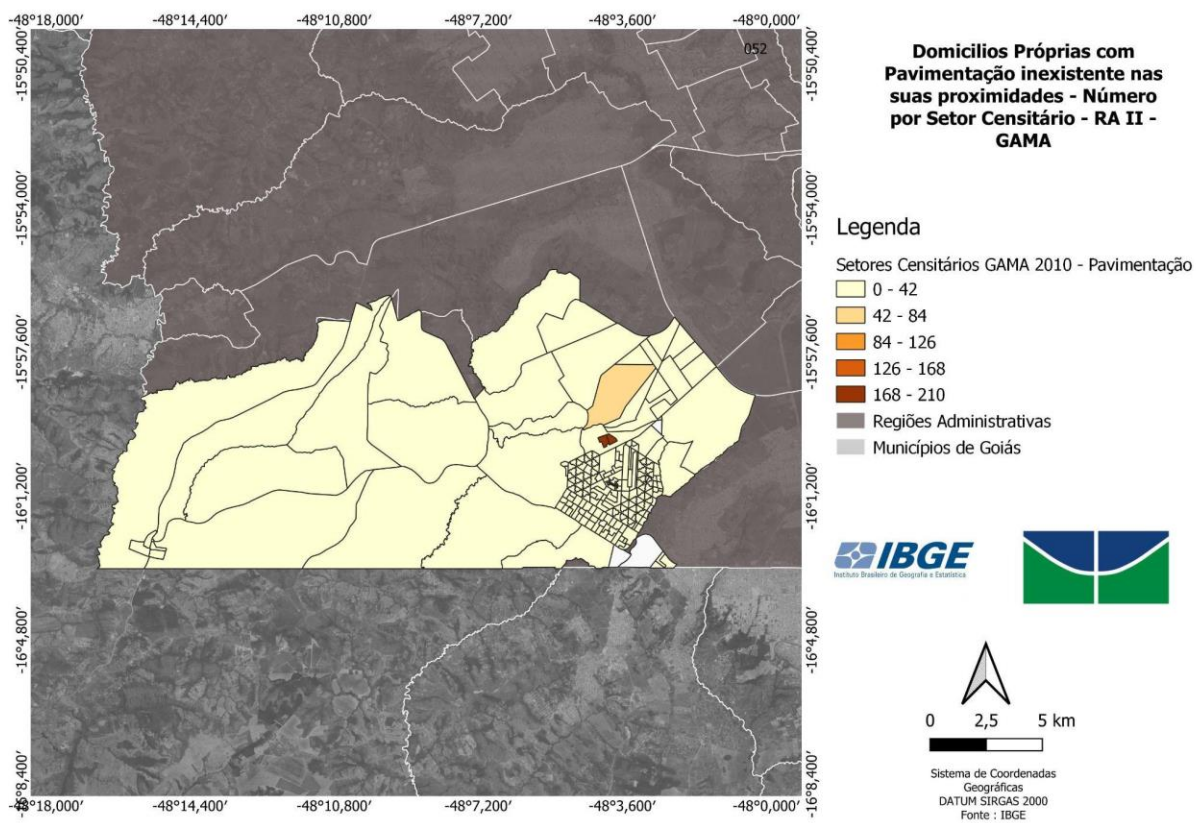


Figura 27. Mapa dos Domicílios com Pavimentação Inexistente nas suas Proximidades RA II Gama - DF

Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os resultados do censo de 2010 e interpretar os dados, com a intenção de evidenciar a condição da população afro-brasileira nas localidades estudadas. Observou-se que, nos municípios de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, a incidência de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, ou seja, a população afro-brasileira, que habitavam em setores censitários expostos a logradouros com esgoto a céu aberto e pavimentação inexistente, era mais elevada. Isso contrasta significativamente com os dados encontrados no Distrito Federal. Esses achados indicam que os indivíduos auto identificados como integrantes do contingente da população afro-brasileira estavam inseridos em um contexto precário tendo como base a infraestrutura urbana, gerando prejuízos à saúde e ao bem-estar social dessas populações. Fica evidente que a questão racial tem um grande peso na distribuição e acesso à infraestrutura urbana adequada nos municípios estudados, durante a realização do censo demográfico. Quando se compara a distribuição das ocorrências de esgoto a céu aberto e pavimentação inexistente nas regiões administrativas do Distrito Federal, também se nota uma grande disparidade na infraestrutura. Os fatores que explicam essa diferença estão relacionados ao processo de formação socioespacial dos municípios. Em Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, a oferta de terras era privada e mais barata, processo este que culminou na emancipação de antigos distritos em municípios autônomos, que ao longo de seu processo histórico desenvolveram uma forte dependência econômica do Distrito Federal, onde centralizam - se empregos e recursos. No Distrito Federal, as terras eram mais caras e contavam com o suporte do Governo do Distrito Federal (GDF) na promoção da infraestrutura. Por razões relacionadas a este processo, os municípios goianos, que há muito tempo sofrem com a desigualdade na representação política e no acesso e promoção a políticas públicas de ordenamento territorial e gestão social, ofereciam aos seus habitantes afrobrasileiros condições de vida piores de que seus vizinhos no Distrito Federal, caracterizando processos que remetem às situações abordadas durante o desenvolvimento do conceito de racismo ambiental.

A pesquisa, tem como intenção. mostrar ao setor decisório, e aos formuladores de políticas públicas que dentre as ações afirmativas, que visem reparar o legado escravocrata e do racismo institucionalizado, são necessárias medidas de intervenção nos territórios que esta população vive, como a promoção do ordenamento territorial urbano e rural, acesso à infraestrutura urbana e desenvolvimento econômico.

Para não concluir o processo investigatório, salienta - se que, aguardamos a divulgação dos mesmos dados, na versão do censo de 2022, quando haverá a possibilidade de acompanhar a evolução dos dados, e constatar as devidas impressões espaciais ocorridas na região e posterior continuação do estudo, a ser publicado em periódico científico..

Bibliografia

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

ANJOS. Rafael Sanzio Araújo dos. **A África Brasileira : População e Territorialidade**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 147-164, jul/dez 2009 - pág. 147-163

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E O BRASIL AFRICANO: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, n. spe, p. 332–350, 2014. [DOI: 10.11606/rdg.v0i0.542](https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.542). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558>. Acesso em: 22 maio. 2024.

ARRAIS, T. A. O Entorno do Distrito Federal: UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE DEPENDÊNCIA. **GEOGRAFIA**, v. 33, n. 3, p. 435–447, 2008.

BISPO. Alba Nélida de Mendonça . Da perspectiva edênica à concepção paisagística de Brasília, cidade-parque. **PatryTer** [en linea]. 2020, 3(6), 35-50 [fecha de Consulta 23 de Mayo de 2024]. ISSN: . Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=604065750004>

BRASIL. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**. - Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências

CODEPLAN, Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal. Nota técnica 1/2014. Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)

COSTA, E. B. DA; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, 2014.

COSTA, L. (1989). Brasília Revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. In F. LEITÃO (Org.). *Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro* (p. 69-77). Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Seduma.

DISTRITO FEDERAL. **LEI Nº 49, DE 25 DE OUTUBRO DE 1989 - Dispõe sobre Altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências.**

FARRET, Ricardo Libanez. **O Estado, a Questão Territorial e as bases de implantação de Brasília.** in: PAVIANI, Aldo (org.) **Brasília, Ideologia e Realidade**; Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2010

FELÍCIO CHAVEIRO, E.; ELIAS RODRIGUES DA SILVA, G. VALPARAÍSO DE GOIÁS: A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO DE MIGRANTES NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL - DOI 10.5216/bgg.v32i2.21086. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 193–204, 2012. DOI: 10.5216/bgg.v32i2.21086. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/21086>. Acesso em: 16 maio. 2024.

FERREIRA, Ignez Barbosa. **O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília** in : PAVIANI, Aldo (org.) **Brasília, Ideologia e Realidade**; Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2010

GELEDÉS. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual.** São Paulo, 2013a. Disponível em: <<https://bit.ly/2w11pvr>>. Acesso em 2024

GOIÁS , Lei Complementar 181 de 2023 .- Cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal – RME e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal – CODERME

BARRETO, Iلسon Juliano«O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP)», **Espaço e Economia [Online]**, 1 | 2012, posto online no dia 15 abril 2013, consultado o 21 setembro de 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/374> DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.37>

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

JESUS, V. DE. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, 2020.

LENCIONI, S. METROPOLIZAÇÃO. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

LIMA, A. F. R.; CRUVINEL, E. C. **Criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal. Goiânia-GO**: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2023.

MANIÇOBA, R. de S. . CRIAÇÃO DE REGIÕES ADMINISTRATIVAS NO DISTRITO FEDERAL E O HISTÓRICO DA DEFINIÇÃO DE SEUS LIMITES GEOGRÁFICOS. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2020. DOI: 10.26512/ciga.v10i2.33529. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/33529>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MATOS.A.B.Plano Diretor Municipal de Valparaíso de Goiás : Ineficácia do Planejamento Urbano e Ausência de Gestão Territorial. Orientadora : Dr^a Christiane Machado Coêlho 2019. 109 f.. TCC(Graduação) - Curso de Sociologia Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24032>

PAVIANI, Aldo. **A MetrÓpole Terciária** in: PAVIANI, Aldo(Org.) *Brasília, Ideologia e Realidade : espaço urbano em questão*; Brasília - DF Editora UnB, 2010 P .83-117.

PREVE, D. R.; SANTOS, G. G. DOS; CAMPOS, J. B. Racismo Ambiental e o Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 7, p. 6851–6876, 21 jul. 2023.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.

SEDHAB (2011). Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Relatório Diagnóstico – Subproduto B – Relatório Consolidado. Brasília: RSP Arquitetura e Consultoria e Governo do Distrito Federal

SILVA, E. B. B. **Valparaíso de Goiás: o lugar das identidades, as identidades do lugar: 1995-2010**. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SOUZA, Sérgio Magno Carvalho de. **O ESTADO E SUAS REGIONALIZAÇÕES: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE-DF)** GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020